

PESQUISAS

História nr. 12

Ano de 1960

LUÍS GONZAGA JAEGER, S. J.

**A EXPULSÃO DA COMPANHIA DE JESUS DO
BRASIL EM 1760
EXAME CRÍTICO-HISTÓRICO NO SEU
BICENTENÁRIO**

Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul
imprimiu para

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS
Pôrto Alegre — Caixa Postal, 358 — Rio Grande do Sul — BRASIL

Gráfica da Universidade
Publicação nº 313

PESQUISAS

História nr. 12

Ano de 1960

LUÍS GONZAGA JAEGER, S. J.

A EXPULSÃO DA COMPANHIA DE JESUS DO BRASIL EM 1760

EXAME CRÍTICO-HISTÓRICO NO SEU
BICENTENÁRIO

Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul
imprimiu para

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS
Pôrto Alegre — Caixa Postal, 358 — Rio Grande do Sul — BRASIL

**A EXPULSÃO DA COMPANHIA DE JESUS DO BRASIL
EM 1760**

EXAME CRÍTICO-HISTÓRICO NO SEU BICENTENÁRIO

LUÍS GONZAGA JAEGER, S. J.

Pôrto Alegre, Brasil.

“O investigador, animado de senso crítico, debalde rebuscará traços para um juízo seguro acerca do famoso estadista (Pombal). À primeira vista se reconhece que uns exaltam em demasia, que outros caluniam sem recato. Importa, para o fim, pôr de banda o que rescende controvérsia; consultar na origem os documentos; escutar testemunhas de presença, principalmente aquêles cujos relatos não tenham por fim a publicidade.” (J. Lúcio D’Azevedo, “O Marquês de Pombal e a sua época”, 2.^a ed. com emendas, Rio de Janeiro, 1922, pág. 7-8).

Ocorrendo, neste ano de 1960, o segundo centenário da expulsão da Companhia de Jesus das terras do Brasil, ato decretado por D. José I de Portugal em 3.9.1759, e executado por ordem do Marquês de Pombal nos primeiros meses do ano seguinte, resolvemos fazer um exame crítico dessa ação sobremaneira funesta para a América Portuguesa. Estudaremos primeiro a pessoa do causante da expulsão, as causas dela, a execução e as conseqüências infaustas para o Brasil Colonial.

CAPÍTULO I

P O M B A L

DADOS BIOGRÁFICOS E SUA CARREIRA ASCENSIONAL. JULGAMENTO DE DIPLOMATAS ESTRANGEIROS.

Em 31.7.1750 finava-se D. João V, rei de Portugal, deixando viúva a rainha D. Maria Ana, irmã de Leopoldo II da Áustria. O caráter e as obras de D. João V “foram muitas vezes deturpadas e enegrecidas, a fim de ressaltar mais nesse fundo escuro e apresentar numa luz mais clara a figura do seu sucessor e do seu Ministro”. (POMBAL, *Sein Charakter und seine Politik nach den Berichten der kaiserlichen Gesandten im geheimen Staatsarchiv zu Wien. Ein Beitrag zur Geschichte des Absolutismus. Von Bernhard Duhr S.J. Freiburg i.Br. 1891, 2*). Duhr cita vários autores.

Sebastião José de Carvalho e Melo, que ficou imortalizado na História com o nome de “Pombal”, viu a luz do dia em Lisboa a 13 de maio de 1699, viveu quase 83 anos completos, vindo a falecer na sua quinta de Pombal a 8 de maio de 1782. Chegou a ser, sem discussão, um dos homens mais afamados do seu século.

Filho do fidalgo da casa real e Capitão de cavalaria Manuel de Carvalho e Ataíde, casou aos 23 anos com D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, 10 anos mais idosa que êle, da qual enviuvou, sem deixar sucessão, aos 40 anos. Convolou a segundas núpcias em Viena de Áustria em 1748, com D. Leonor Ernestina Evu Wolfganga Josefa Daun, filha do general Conde Henrique Daun, militar de valor, tendo geração dêste consórcio.

Freqüentou o curso de Leis em Coimbra e passou parte da mocidade na província, absorvido em pleitos para pôr a nado um patrimônio em más condições. “Novo ainda, — diz a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Vol. XXII, 343, col. 2), — desposou a citada D. Teresa, senhora da casa dos Condes de Arcos, a qual, sendo ela viúva, raptou, não conseguindo a dama congregar-se jamais com a família que considerou de desdouro a união”. De um tio, Paulo de Carvalho, sacerdote-arcipreste da Sé Patriarcal, herdou Sebastião José, quando contava 38 anos, o morgado constituído por bens em Oeiras e Sintra, prédios de renda em Lisboa e dinheiro acima de 50 mil cruzados. (Equivalente a vários milhões de cruzeiros).

Nomeado por D. João V em outubro de 1738 para a embaixada de Londres, estranhamente a mulher, recolhida por autorização régia a um mosteiro, não pôde acompanhar o marido (Ibid. XXII, 344, 1. col.). Cinco meses depois falecia ela, deixando a Sebastião José todos os bens de sua casa. "O conhecimento da sociedade inglesa alargou consideravelmente os horizontes dos conhecimentos de Carvalho, embora o seu duro e autoritário espírito nada assimilasse dos princípios de tolerância e de respeito pelos direitos individuais que naquele país eram comuns". (Id. ibid.). Houve de enfrentar várias questões políticas com o governo britânico. Não as podendo solucionar, enfadado, conseguiu licença para deixar temporariamente a embaixada. Em 1743 lhe confiaram uma honrosa viagem à Corte de Viena, não se sabe ao certo por sugestão de quem, a fim de tratar do caso da mediação num conflito surgido entre o Papa Bento XIV e a Rainha da Hungria e Boêmia, a futura Imperatriz D. Maria Teresa, sobrinha da Rainha de Portugal. Também aqui nada conseguiu adiantar Carvalho, "mas a viagem à Alemanha exerceu influência decisiva na sua vida, porque na visita que fazia ao paço e festas da Corte de Maria Teresa, se apaixonou por uma nobilíssima jovem, cuja mãe era dama da Imperatriz viúva. Em dezembro de 45, cinco meses depois da sua chegada a Viena, casava com a já citada D. Leonor Daun, que se tornou uma esposa modelo, tão dedicada e fiel nos tempos calamitosos como estimável e à altura da sua alta posição na época da prosperidade (Enciclopédia cit. XXII, 2. col.). Só em 1749 se retirou de Viena, dando por finda a sua mediação, e voltou a Lisboa.

Com a morte de D. João V, que não simpatizava com Sebastião José, subiu ao trono D. José I aos 36 anos, que desposou D. Mariana Vitória, filha de Felipe V de Espanha. Graças à recomendação do Jesuíta Padre José Moreira, confessor do novo monarca, e ao empenho da Rainha-mãe, conjugado ao pedido de D. Luís da Cunha, foi Carvalho chamado ao governo com geral surpresa da Corte, alcançando subitamente o poder, no qual veio a ofuscar os demais membros do gabinete. Conquanto o aviso da sua nomeação não especificasse que Secretaria lhe destinavam, tomou conta da dos Negócios Estrangeiros. Mas D. José, sumamente liberal, lhe manifestou o intuito de encarregá-lo também de outros assuntos diversos. Contra toda expectativa, a pasta da Marinha e do Ultramar foram confiadas a um eclesiástico, D. Diogo de Mendonça Corte Real.

Carvalho, dinâmico e decidido, resolveu assentar o regi-

me da Navegação e Comércio. “em princípios geométricos, e, como tais, sólidos e infalíveis”, segundo êle próprio escreveu algures. Quanto às minas do Brasil, conseguiu diminuir o contrabando e aumentar a renda real. Outra medida feliz foi a concernente à importação do tabaco e açúcar brasileiro, ainda que menos acertadas tenham sido as medidas relativas ao negócio dos diamantes. Providenciou igualmente no referente à largada dos navios de comércio para o Brasil e do seu regresso, à ordem dos serviços nos portos e ao comércio com a Índia.

Em 1761, logo após a execução do P. Malagrida, D. José distinguiu a Carvalho com o título nobiliárquico de “Conde de Oeiras” e, em 1770, com o de “Marquês de Pombal”.

Pombal no julgamento de diplomatas estrangeiros. Sebastião José foi e será sempre uma das personagens mais apaixonadamente discutidas. Como tôda medalha também êle teve duas faces. E será apreciado conforme o ângulo visual em que se colocar o observador: com uma face de crédito e outra de débito. Ademais, há ainda a considerar o elemento subjetivo que impele o homem a agir desta ou daquela maneira, geralmente oculto ao público, a não ser que o manifeste sinceramente de palavra ou escrito; e o elemento objetivo, visado ou alcançado por êle. O agente é julgado geralmente por êste último lado.

Não têm faltado historiadores que incensam a memória de Pombal, como o Visconde de Santarém, o inglês Smith, o editor da Correspondência Diplomática dos anos de 1759 a 1760, e, recentemente, entre nós, Marcos Carneiro de Mendonça, o mais acrisolado colecionador de documentos pombalinos e seu mais intemorato panegirista. (Ver “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Vol. 219 (1953), p. 59 ss.; Vol. 228 (1955), p. 3 ss. (Separata); 241 (1958), p. 149 ss.; Vol. 243 (1959), p. 199/200; Vol. 245 (1959), p. 337 s. O entusiasmo de M. Carneiro de Mendonça por Sebastião José de Carvalho leva-o a afirmar que, pondo em confronto os benefícios prestados ao Brasil pelos Jesuítas com os de Pombal, “o volume das contribuições favoráveis ao Brasil e aos brasileiros pende em favor do Gabinete Pombal e não da Companhia de Jesus”. (Efemérides Jesuíto-Pombalinas do Brasil, in “Jornal do Comércio”, 18-11-1959).

O historiador P. Bernardo Duhr, S. J. se deu ao trabalho de estudar minuciosamente a volumosa correspondência diplomática dos Representantes da Côrte imperial de Viena,

tanto a cifrada como a não cifrada, da era pombalina, conservada no Arquivo secreto de Viena, e por 'êlé publicada em 1891, sob o título: "Pombal, sein Charakter und seine Politik. Ein Beitrag zur Geschichte des Absolutismus". (Freiburg, 182 pp.). São relatórios e informações de estrangeiros, alheios à política interna de Portugal, mas observadores agudos da situação que se ia criando sob a ação do grande Ministro. E eram, em boa parte, amigos pessoais do Marquês, cordialidade essa proveniente da condição de austríaca da espôsa de Sebastião José, conhecida da Imperatriz D. Maria Teresa. Nenhum dêles tomou atitude oposta a Pombal e em todos os seus relatos aparece a indisfarçável preocupação de não expôr o seu próprio parecer, e sim deixar falar objetivamente os fatos.

O primeiro é o Conde Starhemberg, Ministro imperial desde dezembro de 1750 a dezembro de 1751. Trazia um escrito, do seu Amo, de felicitações a D. José I por sua ascensão ao trono. Já no seu primeiro despacho maior informava êsse Embaixador, traçando um perfil do novo monarca (Dühr, 9): "Até agora, raras vêzes se deixa ver o Rei, quase nunca em público, sendo que tanto os ministros estrangeiros como seus próprios súditos não têm outra oportunidade de vê-lo além dos dias de gala. Chegando tal dia, aparece juntamente com os 3 infantes antes do meio dia, às 11 horas, na sala das audiências, à qual são admitidos os ministros estrangeiros um após outro dando-lhe seus parabéns, ao que êle (o Rei) responde invariavelmente a todos: "que agradece a atenção". Fora disso nunca diz nada. Após isso, são admitidas ao beijamão as demais pessoas; nem a elas o Rei jamais fala e por isso essa função termina rapidamente. Excetuando êsses dias e horas, nunca há nada na Côrte; o Rei sai todos os dias, tanto em tempo bom como mau, a Belém, uma casa de recreio à praia do mar, meia hora distante da cidade. "A Rainha acompanha o espôso com os infantes, e voltam todos à noite, entre às 20 e 21 horas. Depois têm de aparecer todos os ministros para conferenciar com o monarca, sendo que êle fica a despachar e assinar os documentos até depois da meia noite". E continua Starhemberg: "Outrora o Rei se deixava dominar quase completamente por sua consorte, e todos acreditavam que, após ter tomado posse do govêrno, ela facilmente se imporia. Agora, porém, parece, conforme ouvi de vários, que ela desde um bom tempo já não pode tanto, e me dizem até que o Rei já diversas vêzes agiu diligentemente contra a vontade dela. Se de fato assim é, não ousa garanti-

lo. Entretanto verifico que estão continuamente juntos, que é o que a Rainhá mais exige do Rei, solícita de conservar o amor do seu espôso e lhe proporcionar algum entretenimento..." Conforme o mesmo informante o divertimento principal do Rei como da jovem Rainha eram as caçadas diárias em Salvaterra, sem se importarem de bom ou mau tempo.

Ademais, diz Starhemberg que já naqueles tempos tanto na Espanha como em Portugal havia pegado a moda de atirar o pêso do Govêrno quase totalmente nos ombros do primeiro ministro, e continua textualmente: "Nenhum ministro fala com o Rei, mas todos os negócios, conforme seus diversos apartamentos, passam pelas mãos dos secretários. O Carvalho tem os negócios exteriores e guerra, que ainda se encontram em muito mau estado. No princípio foi duro para êle, e pouco faltou para não receber êsse cargo, longamente esperado por êle e prometido a êle. Se o recebeu, dizem, que o deve à recomendação da Rainha-mãe. Agora, porém, como o Rei vê sua diligência e boa vontade, e ao mesmo tempo o encontra o mais bem informado e até, como parece, êle mesmo foge um pouco do trabalho, começa por confiar muito no Carvalho e assim se suspeita que, nessas condições, conforme entendo, não há ninguém que ouse contrariá-lo, e seu crédito aumenta dia por dia".

Mas o mesmo diplomata já se mostra apreensivo, confessando que a confiança do Rei em Sebastião José era "muito extraordinária e bem cega, causa pela qual Carvalho podia agir a seu bel-prazer" segundo o seu beneplácito e bem despôticamente". (Duhr, 12).

O sucessor de Starhemberg, Conde Khevenhüller, Ministro em Lisboa e Representante da Imperatriz D. Maria Teresa desde dezembro de 1756 até maio de 1760, em diversos ofícios, chama a Carvalho seu "conhecido bom amigo" (Duhr, 5), com direito de aparecer à mesa do Ministro sem ser convidado, tendo sido sua espôsa convidada para ser madrinha de casamento da filha mais velha de Carvalho, honra que êle não pudera recusar a fim de conservar essas boas relações, apesar das grandes despesas. Por sua vez, Carvalho e sua consorte haviam levado ao batismo, como padrinhos, a filha recém-nascida do Embaixador imperial, cerimônia essa realizada pelo padre Paulo Carvalho, irmão do Ministro, dando à criança o nome de Eleonora, que era o da madrinha Madame Carvalho.

Pois êste mesmo Khevenhüller, após ter assumido seu cargo, informa seu govêrno que, conforme voz corrente, Car-

valho cada vez mais dirigia o leme de todo o reino e quase “despòticamente e sem exceção”, e sem ciência e vontade dêle em nenhum departamento do govêrno nada se fazia. E lamenta o Embaixador a dificuldade de tratar pessoalmente com o Ministro, o qual, além do português, apenas falava muito mal o francês. (Duhr, 14).

Outro Representante da Imperatriz, **Ritter von Lebzeltern**, em 1769, informava à Còrte de Viena, em cifras, acêrca da crueldade de Carvalho, mandando voar pelos ares a fortaleza de Mazagão, em Marrocos, provocando a morte de muitas pessoas e a volta à Portugal da guarnição e da população de 5500 cabeças, obrigadas a emigrar para a América Portuguesa, fato mantido oculto ao Rei durante 10 longos dias, o que provocara descontentamente em D. José I. (Duhr, 15).

Em 14-V-1771 participava o mesmo Embaixador, em caracteres cifrados, à sua Soberano isto: “Todos quantos tem de tratar de qualquer assunto com o Ministro daqui (Lisboa) sabem que nada se pode concluir, pois Pombal quer, sem exceção, fazer tudo por si mesmo e sòzinho tanto nos negócios internos como externos até os mais insignificantes, coisa que a sua elevada idade e menos ainda sua saúde já não permitem, donde provém que todos os negócios ficam por aí, sem nada se fazer. O descontentamento de todos os negociantes estrangeiros chegou ao auge”. (Duhr, 15). “Os Embaixadores reclamam repetidas vêzes que, na ausência ou indisposição do Ministro, param todos os negócios, até os mais importantes, ficando por aí durante semanas, e a correspondência estrangeira nem sequer se abre”. (Duhr, 17-18).

Êsses pormenores vêm plenamente confirmados pelas instruções dadas pela Còrte de França a seus Embaixadores em Portugal. Na do ano de 1759 assim se lê: “Ce ministre (Carvalho) est d'un caractère dur et impérieux et s'est appliqué principalement à opprimer la haute noblesse, à laquelle il n'a pas l'avantage de tenir par sa naissance... et à rendre suspects tous les seigneurs portugais, qui n'ont pas voulu subir le joug, auquel il prétendait les assujétir”. A instrução de 1768 dizia: “Il est d'un caractère impérieux et faux et ne connaît pour règle de conduite que l'exercice d'un pouvoir absolu et arbitraire”. (Duhr, 17, nota 1).

Numa extensa informação ao seu govêrno, datada de 24-XI-1776, avisava Lebzeltern, tendo vivido já quase 10 anos em contínuo contacto com a sociedade e o povo de Portugal: “Aqui, o único homem que manda sem restrições de ninguém e isso já durante 26 anos, é Pombal, que explorou a índole bondosa do Rei, inclinado à indolência e amigo da

caça e da música, procurando-lhe o Ministro essas diversões a fim de afastá-lo do governo, e fazendo-lhe crer que o bem dêle mesmo e dos seus súditos exigem que os negócios estejam concentrados na mão de um só Ministro hábil e vigilante, e que ninguém é mais competente para isso do que êle próprio, Carvalho... forçando o Rei a uma total dependência dêle. Chegado a êsse ponto nada mais se faz no Estado, que não leve o carimbo da vontade do Ministro". (Duhr, 17).

Críticas igualmente severas enviou a Viena em 1760 e 61 o Secretário da Legação von Kail sôbre a desastrada administração pombalina (Duhr, 21), como ainda o Conde Welsperg em 1764 (Duhr, 21) e o Núncio Apostólico em Portugal, Cardeal Pacca (Ibid., 31).

Retrato pessimista nos pintam os mesmos representantes do Império no que tange ao comércio, indústria e finanças, que levaram Portugal, ao tempo de Pombal, ao descontentamento geral, à pobreza e miséria do povo, e à beira da falência. "Carvalho, escrevia em 1-III-1757 o Secretário von Kail, não é apenas odiado, mas também temido por todo o mundo, para o que contribuem seus numerosos espiões que, sem prévio exame, trancam as pessoas mais respeitáveis em horríveis prisões". (Op. cit., p. 35).

Nas fôrças armadas houve contínuas queixas pelo atraso no pagamento dos soldos. O próprio Conde Guilherme zu Schaumburg-Lippe, antigo oficial de Frederico da Prússia, que em julho de 1763 veio reorganizar o exército português, exigiu enérgicamente o pagamento dos atrasados de 20 e mais meses (Duhr, 54). E quando Lippe regressou à Inglaterra em setembro de 1763, assumiu Pombal em pessoa a direção das fôrças armadas.

Quanto à liberdade cívica, escreve Duhr: "Liberdade e justiça tiveram que curvar-se perante o Ministro onipotente, tomando em breve a administração da justiça o carácter de um governo terrorista" (59). Já em 1757, isto é, já com sete anos de governo de Carvalho, se queixava Khevenhüller da flagrante violação da correspondência, inclusivamente da diplomática (Duhr, 63). Liberdade de imprensa só para Pombal (64), fiscalização severa de tudo quanto se imprimia (65-66) e total falta de liberdade para todos (66-67).

A fim de não cansar o leitor, damos em resumo as opiniões dos Embaixadores alemães acêrca da pessoa e dos atos governamentais de Sebastião José. Verberam com as expressões mais enérgicas de reprovação o uso e abuso que Pombal e seus comparsas faziam do Tribunal da Inquisição (Duhr, 71 ss.), transformado em instrumento de mera vingança; des-

crevem com côres vivas a situação deplorável a que reduziu o ensino o Ministro onipotente (97 ss.), tudo isso confirmado por Pacca que afirma que, após o encerramento dos colégios dos Jesuítas, o ensino em Portugal chegou a um estado verdadeiramente caótico (97 ss.), e Theiner diz que as matérias escolares foram entregues a professôres anticlericais (98). O protestante Murr escrevia em 1777 (Journal IV, 263, apud Duhr, 106): "Não se lê de forma alguma que qualquer obra científica tivesse sido impressa por ali (Coimbra). Ao menos no catálogo mais novo de livros portugueses dos Irmãos Du-Beux de Lisboa, do ano de 1772, encontro apenas um único livro impresso em Coimbra, de dança, intitulado: "Tratado dos principais fundamentos da dança. Coimbra 1767".

Por fim, referindo-se à política eclesiástica de Pombal para com a Igreja em geral e a Companhia de Jesus em particular, os Ministros imperiais usam de palavras da mais severa crítica à administração pombalina. (Duhr, 106 ss.).

CAPÍTULO II

OJERIZA POMBALINA CONTRA A COMPANHIA DE JESUS

Ao tempo da nossa estada em Portugal, 1910-11, era tradição entre os Jesuítas portugueses, que Carvalho revelara inicialmente tamanha simpatia pelos Padres da Companhia que chegou a mandar fazer batina preta, como a usavam os Jesuítas, para um filho menor a fim de usá-la em público. Certamente foi nos dias de D. João V, que não simpatizava com Sebastião, na época em que êle ainda mendigava a influência dos filhos de Santo Inácio na Côrte. Uma vez, porém, no poder, "virou a casaca", como hão-de ver. Sua aversão à Companhia foi crescendo tão intensamente que por vêzes lhe deu feição de energúmeno, não parando nem sequer após havê-la expulso de todos os domínios lusitanos e instigando sem cessar as demais potências católicas a envidar os meios lícitos e ilícitos para fazer desaparecer da face da terra aquêles detestados regulares. "Inextinguível ódio votou o Marquês de Pombal à Companhia de Jesus... A um temperamento despótico como o de Sebastião José de Carvalho causou o fracasso da transmigração dos Sete Povos verdadeiro furor. Resolveu empregar todos os esforços no sentido de aniquilar os poderosos adversários indo ao excesso de lhes destruir a pró-

pria fundação". (Affonso de E. Taunay, in "Jornal do Comércio, Rio, 22-8-1948).

Analizemos algumas dessas causas ou pretextos, lembrados do rifão antigo: "Amicus Plato, sed magis amica veritas", amigo é Platão, porém mais amiga é a verdade.

1. **O Tratado de Madrid de 1750.** Ao ser chamado ao governo, em 3-VIII-1750, encontrou Carvalho em sua pasta ministerial um Tratado a cumprir. Era o chamado de Madrid, de 13-I-1750, organizado pelo grande brasileiro Alexandre de Gusmão e referendado por D. João V. Inspirara-o a sincera intenção de terminar duma vez para sempre a discutida e oscilante linha de fronteira luso-castelhana na América do Sul. O território da Missões, no Rio Grande do Sul, que devia ser cedido a Portugal em troca da Colônia do Sacramento, à margem oriental do Rio da Prata, teve a infelicidade de cair justamente numa zona tenazmente contestada por ambas as coroas ibéricas. "Havia nesse tratado cláusulas difíceis de serem executadas. Havia mesmo, em uma delas, condições não só ingratas, como desumanas", como confessa com acêrto Marcos Carneiro de Mendonza, na Revista do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro. (Vol. 219, Rio, 1953, 63-64). Efetivamente, o artigo XVI reza assim: "Das Povoações ou Aldeias, que cede S.M.C. na margem oriental do rio Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha; e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis semoventes, e as Armas, Pólvora, e Munições, que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal com tôdas as suas Casas, Igreja e Edifícios, e a propriedade, e posse do Terreno..."

No artigo XV, tratando da Colônia do Sacramento, dizem que os "moradores poderão ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras do Domínio Português, com os efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. E no final do artigo XVI: "As propriedades que cedem por Sua Majestade Fidelíssima (Rei de Portugal) e Católica (da Espanha), nas margens dos rios Pequeri, Guaporé, e das Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias, que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no Art. XIV; e os índios de uma e outra parte terão a mesma liberdade para se irem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades que o hão de poder fazer os moradores daquela Praça, exceto, que os que se forem, perderão a propriedade dos bens de raiz, se os ti-

verem". ("Alexandre de Gusmão", Jaime Cortesão, Parte IV, Negociações, IV tomo, I parte, p. 471).

Há aqui uma manifesta, intencionada e calculada dupla medida: uns sairão (o texto espanhol diz: *saldrán*), por bem ou por mal; sendo que os demais atingidos pelo Tratado poderão escolher, e até vender suas propriedades, ficando indenizados. Com os índios guaranis não se teve essa consideração.

Nesse Tratado aparecem logo duas questões: 1.^a a cessão ou troca de territórios coloniais por parte de duas monarquias; e 2.^a a expropriação compulsória das propriedades coletivas e individuais dos índios, unida à mudança de domicílio. Quanto ao 1.^o ponto, na época do absolutismo, as idéias jurídicas dominantes atribuíam aos soberanos a faculdade de poderem renunciar a territórios ou trocá-los a seu talante. (Guillermo Kratz, S. J. "El Tratado Hispano-Portugués de Límites de 1750 y sus Consecuencias. Roma 1954, 61). — Porém quanto ao 2.^o inciso, surgiu a pergunta: Tem o Rei também direito de espoliar seus súditos de tantas propriedades privadas, justamente adquiridas, em longos decênios de trabalho e forçá-los a emigrar a regiões longínquas e isso sem uma indenização proporcional? Ofereceram a bagatela de trinta mil pesos, quer dizer, um pêso por habitante.

O Superior Geral da Companhia de Jesus dera ordem terminante aos Jesuítas da Província do Paraguai de empenhar-se deveras no sentido de se realizar logo que fôsse possível a transmigração. E' que Sua Paternidade já previa a medonha borrasca que se estava levantando na Europa e que desabaria em breve sôbre a sua Companhia. Alguns — não todos — julgando que essa ordem não obrigava em consciência, de vez que era pecado manifesto, — discordaram. Mas não há nenhuma prova de algum Jesuíta ter instigado os índios a se oporem.

E como receberam os índios dos Sete Povos a ordem tão dura de sair de suas terras, herdadas dos seus ancestrais, cultivadas com tanto carinho, com as suas imensas estâncias, suas lavouras tão ricas, seus ervais e algodoais, que formavam seu principal sustento, seus grandiosos templos, que não tinham iguais em tôda a América, suas casinhas pequenas, segundo o seu gôsto, mas tão cômodas, suas oficinas, seus cemitérios com os seus saudosos mortos? Ora tudo isso haveriam de abandonar? E por quê? E para onde os iriam expulsar? Para o deserto, para regiões já ocupadas por outros. Mas que crime haviam cometido para semelhante castigo? Numa das respostas dos 7 Caciques principais a Andonaegui, governador de Buenos Aires, lembram, os índios que

as próprias feras se opõem quando as querem desalojar das suas cavernas, e como não o faremos nós ao nos despojarem do que é nosso? (Aurélio Porto, "História das Missões Orientais do Uruguai", 2.^a edição, segunda parte, Pôrto Alegre 1954, 212-213; P. Fr. Mateos, em "Missionalia Hispanica", Madrid 1949, N.º 18, p. 547-572).

Coloquemo-nos uns instantes na realidade do índio missioneiro. Tinha êle um sentido profundamente telúrico, se não de pátria, mas ao menos um apêgo insuperável à querência, à gleba que o vira nascer. Há disso provas irrefutáveis.

E vamos nós exigir dos guaranis dos Sete Povos uma indiferença, uma insensibilidade estóica perante a mudança tão contrária aos seus mais sagrados interesses? Que tinham que ver êles com as rivalidades de duas Coroas lá do outro lado do mar, que agora vinham expulsá-los de suas terras?

Os índios, sem a cooperação dos Padres Jesuítas, que até então os haviam auxiliado em tudo, reagiram sob a chefia do valente Sepe Tiarajú, como legítimos selvagens, sem calma e sem reflexão, e sem medir as conseqüências. Do seu lado, os Superiores da Companhia tudo fizeram para evitar a guerra que previam haveria de ser funesta para seus pupilos. Escreveram ao Rei de Espanha. Porém o ministro Carvajal confiscava cuidadosamente tôda a correspondência jesuítica, mantendo ao monarca numa total ignorância da realidade missioneira.

Certo é que o Tratado de 1750 desagradou tanto a portugueses como a espanhóis, sentindo-se ambos prejudicados. Embora os índios dos Sete Povos fôsem em parte esmagados pelas armas luso-castelhanas, a desejada transmigração não se realizou, provocando uma indisfarçável indignação, sobretudo na Côrte de D. José I, onde Carvalho lançou tôda a culpa do fracasso aos Jesuítas. O historiador espanhol Francisco Mateos, que estudou a fundo tôda a documentação relativa a todos êsses sucessos, reduz o fracasso a três erros fundamentais, todos êles estranhos aos filhos da Companhia de Jesus: — 1.º ignorância absoluta da realidade americana; — 2.º falta total do necessário tato para realizar a transmigração; — 3.º o incrível atropêlo e pressa na execução. Houvesse mais tato, mais calma e o tempo indispensável, os Jesuítas teriam levado a bom termo a mudança. Mas como os verdadeiros culpados não quiseram reconhecer o seu êrro, os governantes luso-hispanos cuidaram de excusar-se, lançando tôda a responsabilidade aos Jesuítas, que precisavam de arruinar. (Mateos, in "Missionalia Hispanica", Madrid, N.º 23, pág. 290 e Pastells-

Mateos, "Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay", VIII, 2ª parte, pág. 1065-1081, carta do P. João de Escandón, testemunha ocular e autor da maior parte dos sucessos que refere, que, em breve publicaremos num volume novo da "Coleção Jesuítas no Sul do Brasil"). Também a idéia alvitrada de deixar os índios dos Sete Povos onde estavam, mudando apenas de soberano, teve pronta repulsa da parte espanhola, porque não lhes convinha ter na vizinhança um núcleo populacional perigoso, porque tão poderoso. (Ver Mansueto Bernardi, "O primeiro Caudilho Rio-Grandense, Pôrto Alegre, Globo, 1957, 160 ss.). Para mais completo conhecimento dêsse assunto, tão importante para a História sul-americana, recomendamos a nova edição crítica do "Diário de Gomes Freire", anotada pelo General De Paranhos Antunes, vol. V da Coleção "Jesuítas no Sul do questão encarada por portugueses; e a "Transmigração dos Brasil", (prestes a entrar no prelo) que apresenta tôda a Sete Povos", do P. Juan de Escandón, que acompanhou tôda a guerra das Missões e a deixou escrita, inédita, agora traduzida e anotada por Arnaldo Bruxel como vol. VII de "Jesuítas no Sul do Brasil", a ser publicado logo após o vol. V, o qual, por sua vez, nos põe a par do que pensavam os espanhóis a respeito dessa luta. Consultar "O Tratado de Madrid e a Companhia de Jesus", por Manoelito de Ornelas, in ESTUDOS, Pôrto Alegre, Brasil, 1953, n.º 2; Vicente D. Sierra, "Historia de la Argentina" 1700-1800, p. 213 ss., Buenos Aires, 1959, e a rica documentação publicada em "Campana del Brasil", tomo II, 1750-1762, Buenos Aires, 1939, p. 128 ss.

2. **A Companhia Comercial do Grão-Pará.** A segunda razão para se mostrar irritado contra os Jesuítas, encontrou-a o Ministro português na atitude de muitos contra a recém-fundada Companhia Comercial do Grão-Pará, que concedia a Carvalho o direito exclusivo da navegação, do tráfico dos negros, da introdução de gêneros na Europa e da compra e venda de produtos coloniais, cujos preços êle fixava. Foram gerais as queixas, sobretudo dos prejudicados, inclusivamente dos Jesuítas do Norte do Brasil, porque lhes cortava o monopólio, os meios de sustentar devidamente suas missões. Sebastião José respondeu com a violência própria do seu modo de ser: desterrou da Côrte alguns padres e os dirigentes da Mesa do Bem Comum. (Grande Enciclopédia cit. XXII, 346-347).

3. **O Terremoto de Lisboa, de 1-XI-1755.** Nessa data, às 9 e meia da manhã, um medonho tremor de terra reduziu grande parte da cidade de Lisboa a um montão de ruínas, causando a morte entre 8 a 10 mil cidadãos, inúmeros feridos entre os habitantes e a ruína de bens de incalculável valor. Nesse momento trágico, não cabe negá-lo, o Ministro onipotente, se mostrou à altura do seu cargo, e quase diríamos, foi essa a vez em que se revelou sua faculdade de realização, de dinamismo, decisão e larga visão, não se poupando ao trabalho diurno e noturno durante longos meses. Pouco e pouco, a arrasada cidade, já desentulhada, surgia dos escombros, nova, melhor do que antes. Infelizmente, a má vontade de Carvalho para com a Companhia de Jesus, descobriu ainda aí um pretexto para hostilizá-la.

O santo e benquisto missionário do Brasil, P. Gabriel de Malagrida, tendo publicado, com as devidas licenças, um opúsculo espiritual, sob o título de o "Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a Côrte de Lisboa em 1.º de novembro de 1755", impresso no ano imediato, acusou as culpas morais de Lisboa, e indiretamente o Estado, responsabilizando pelo sinistro, não as "contingências ou causas naturais", mas unicamente os nossos intoleráveis pecados". (Pedro Calmon, *História do Brasil*, Vol. IV, 1147). Como Pombal vislumbrou nesse escrito uma referência desairosa à sua pessoa, fez confiscar o opúsculo e desterrar o P. Malagrida a Setúbal. (Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", VIII, 340; Wilhelm Kratz, apud *Archivum Historicum Societatis Jesu*, Vol. IV, 1939, 1-34/Der Prozess Malagridas nach den Originalakten der Inquisition in Torre do Tombo, Lissabon; J. Lúcio D'Azevedo, "O Marquês de Pombal e sua Época", 2.ª ed., Rio 1922, p. 156; Fortunato de Almeida, "História da Igreja em Portugal", Coimbra, .. 1917, IV, parte I, 283; Anecdotes du Ministère de Sébastien-Joseph Carvalho, Comte d'Oyeras, Marquis de Pombal, sous le Règne de JOSEPH I, Roi de Portugal, Varsovie, MDCCLIII, p. 27 ss.). Carvalho "não perdeu mais de vista os jesuítas, a quem considerava a alma da oposição". (Calmon, loc. cit. 1147). Entretanto, a Malagrida, em consequência de sua idade e dos atrozes padecimentos e provações passados em prolongado cárcere, parece ter-se-lhe anuviado a razão, fazendo-o desvairar por vezes, o que o levava a fazer e escrever coisas próprias de um demente. O infeliz ancião foi condenado por juizes, intimidados por Carvalho, a ser garrotado pela mão do algoz e queimado em praça pública de Lisboa. O que se executou em 21-VII-1761. "Para delícia do

seu empedernido coração — escreve Fortunato de Almeida (op. cit., p. 326) — o Marquês de Pombal presidiu à solenidade. Em frente d'ele estava o Monarca e a Côrte". O arcebispo de Esparta, que lhe despira os paramentos sagrados, a fim de degradá-lo canonicamente de sua dignidade sacerdotal, exortou "piedosamente o réu a confessar seus crimes e a pedir ao Rei e ao povo perdão dos seus escândalos. Respondeu o Jesuíta com serena dignidade: "Desde que pus os pés no solo português, servi sempre a Sua Majestade Fidelíssima como bom e leal vassalo; entretanto, se, sem eu o saber, o tenho ofendido em qualquer coisa, peço-lhe humilde e sinceramente perdão". Era uma hora após a meia noite. Quando passaram pelo pescoço do mártir a corda que o devia garrotar, este não se amedrontou. Repetiu serenamente as palavras do Divino Mártir: "Meu Deus, em vossas mãos entrego o meu espírito". Carvalho celebrou, com a sua assistência, num jantar no palácio da Inquisição, o triunfo que a fé católica alcançara naquela noite sobre a "pravidade jesuítica". (Luís Gonzaga d'Azevedo, "Fases duma Lenda", II, 9-11; Almeida, 326; õtimamente em Kratz, "Der Prozess Malagridas", Archivum Historicum S.J., vol. IV, 1933, p. 33 ss.; e Murr, portug. 197).

4. A Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Em setembro de 1756 criou Carvalho a Companhia dos Vinhos do Alto Douro, cujo objetivo seria servir de intermediária entre o produtor e o exportador. Mas também visava a quebrar o monopólio do comércio de exportação que detinham os britânicos. O comércio reclamou como reclamaram os ingleses. Houve um levante armado do povo no Pôrto. Mas os rebeldes foram subjugados, presos, sentenciados e executados com revoltante brutalidade. Também os Jesuítas foram envolvidos na acusação. (Grande Enciclopédia XXII, 347, 2 col.) "Mas participação direta, como autores ou aliadores do movimento, com certeza não tiveram". Entretanto, foram maliciados por se lhes atribuir o crime de terem dito que "os vinhos da Companhia não eram capazes do sacrifício da missa". (J.L.D'Azevedo, "O Marquês de Pombal e a sua Época", 160).

5. O Grão-Pará. D. Maria, a piedosa Rainha-Mãe, insistia com os missionários jesuítas que demandavam o Maranhão, que lhe relatassem fielmente tudo quanto se pas-

sava naquelas Missões, até faltas e arbitrariedades cometidas pelos prepostos reais, prometendo ela guardar sigilo. Naturalmente, chegaram aos ouvidos da Soberana graves queixas contra Francisco Xavier Mendonça Furtado, irmão materno de Carvalho, males que ela procurava remediar junto ao filho. Carvalho, interceptando criminosamente as cartas e violando a correspondência da Soberana, descobriu facilmente a origem das denúncias contra seu irmão. Em 1751 viajava em demanda do Pará Mendonça Furtado, nomeado governador do Pará, levando "Instruções Públicas e Secretas" com carta branca para visitar as terras dos religiosos, "sem embargo de qualquer privilégio, ordem ou resolução contrária, que tôdas hei por derogadas, como se fizesse expressa menção de qualquer delas" (Leite, VII, 299 e 388 ss.; Christoph Gottlieb von Murr, "Geschichte der Jesuiten in Portugal, unter der Staatsverwaltung des Marquis von Pombal", Neue Verbesserte Ausgabe von J. H. Hafkemeyer, S.J., Pôrto Alegre, 1909, e a mesma em português, Pôrto Alegre, 1922, 29 ss. e em alemão, 18 ss. Da edição alemã princeps de Nürnberg, Erster Teil 1787, Zweiter Teil, 1788).

Mais ainda: Mendonça Furtado trazia instrução, do irmão Ministro, de tirar da Missão o maior número possível de religiosos, e que, excetuando sete ou oito para o Colégio do Pará, e outros tantos para o Maranhão, os demais fôsem dispersos como supérfluos". (Leite, VII, 339 e Ludwig Freiherr von Pastor, "Geschichte der Paepste", XVI, 343, Freiburg, Herder, 1932). Dos Jesuítas falsamente acusados pelo novo governador, três foram embarcados já no mesmo ano de 1751, sendo encarcerados os dois portugueses Teodoro da Cruz e Antônio José, ao passo que o austríaco Roque Hunderpfund conseguiu do Rei permissão de retornar à sua pátria, mau grado o desgosto de Carvalho. (Leite, VII, 352 e 353; Almeida, 283; Murr, edição alemã, 21). A êsses três Padres seguiriam em breve mais dois. (Almeida, 284). Na pessoa do bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões, esquecido dos favores recebidos outrora dos Jesuítas, encontrou o novo governador um instrumento maleável e um colaborador dócil na luta contra os missionários da Companhia. (Almeida, 283; Leite, 317-318; J. Lucio D'Azevedo, op. cit. 127 ss.).

Carvalho, no intuito de dar um golpe mais certo nas Missões, duma penada declarou livres os ameríndios do Brasil e extinguiu as Missões. Grande foi o alvoroço dos Jesuítas em Lisboa. O P. José Moreira, confessor do Rei, tentou falar com êle sôbre o assunto. D. José, porém, barrado por

Pombal, recusou ouvi-lo. Tendo vindo do Pará os despachos de Furtado, relativos à atitude contrária dos Padres, foram todos os Jesuítas confessores das pessoas da família real despachados da Côrte. (J. Lúcio D'Azevedo, op. cit., 136 ss.).

6. **Casamento frustrado.** O historiógrafo jesuíta P. Júlio Cordara, nos seus Comentários acêrca da supressão da Companhia de Jesus, aduz mais uma razão que teria acirrado particularmente a Carvalho contra os Jesuítas. E' que o P. Moreira, confessor do Rei, conseguiu frustrar o matrimônio da Infanta Maria Francisca, filha primogênita de D. José I, — casamento ambicionado por vários Príncipes, — com o hereje Guilherme Henrique, filho do Rei da Inglaterra, candidato preferido por Pombal. Esse Príncipe, Duque de Cumberland, era "Venerável" da maçonaria inglêsa. (Julii Cordara "De Suppressione Societatis Jesu Commentarii, Padova 1925, 21; J.L. D'Azevedo, op. cit., 170 e "Dicionario Enciclopédico de la Masonería, Edit. KIER, Buenos Aires, Novísima Edición, tomo I, 578, vb. "Jesuitas").

7. **O Atentado contra o Rei D. José I.** Outro ensejo, muito bem explorado por Carvalho, foi o atentado contra D. José, durante a noite de 3-IX-1758. A verdadeira causa, como os autores verdadeiros do crime, o público jamais chegou a conhecê-los. O caso, entretanto, forneceu ao Ministro de Estado ótimo material de acusação para eliminar hábilmente vários inimigos pessoais seus, todos da mais alta nobreza. Instaurou-se um longo e estafante processo, em que houve de tudo, menos justiça. Em 13 de dezembro, de surpresa, eram presos os Marqueses de Távora, o Duque de Aveiro e outros fidalgos com êles aparentados, que se julgavam seguros na Côrte, lançando-se a essa gente nobre a acusação de se terem querido livrar del-rei, abatendo-o numa emboscada a tiros de clavina. O processo correu ao sabor do Ministro, não faltando referências aos Jesuítas, até a confissão do Duque de Aveiro, de envolta com a denúncia de que 4 padres teriam concordado no terrível propósito. Extremamente ciumento e impressionado pelo falatório popular, "confirmou-se o Ministro na presunção de uma vasta trama, que armara as mãos dos fidalgos, e tinha por instigadores os Jesuítas. De fatos positivos em que assentasse a crença de serem os Távoras e o Duque de Aveiro os braços da conjuração, não se encontram vestígios". (J.L.D'Azevedo, op. cit., 178).

“Tais coisas disse o Duque, ou lhe captaram os juizes, que em 12 de janeiro de 59 saiu a sentença, dum rigor sem precedentes: a Marquesa de Távora seria decapitada, rodados em vida (isto é, triturados sôbre uma roda, com golpes de macête) o Marquês e o Duque; morreriam também no patíbulo o Conde de Atouguia, José Maria e o Marquês de Távora, filhos do primeiro, e quatro criados... A medonha execução realizou-se em Belém na manhã seguinte, e foi um dos espetáculos mais abomináveis de que se tem memória, pela selvageria dos suplícios, pelo número de réus, por sua importância”. (Calmon, op. cit., 1150). Nisso se identificou o Rei com o seu Ministro: Fê-lo “Conde de Oeiras” (Grande Enc. Port. e Bras. cit. vol. XXII, 349; Pastor, op. cit. XVI, I, 557 ss.; J.L.D’Azevedo, op. cit., 194 ss.). Quanto aos Jesuítas, jamais foram ouvidos para não se poderem defender, pois Carvalho “os aborrecia de morte e empregava todos os meios para de todo os arruinar”, como informava a Choiseul o ministro francês, em Lisboa, Conde de Merle (Fortunato de Almeida, op. cit. IV, I, 306-307; C.G. Murr, op. cit. portug. de J.B. Hafkemeyer, 100 ss.). E não satisfeito com a matança de 13 de janeiro, descarregou Carvalho sôbre os Jesuítas a sua cólera, aproveitando-se, para expulsá-los, da perplexidade, do horror causado pelo justicamento dos Távoras (Calmon, op. cit., 1150; Camilo Castelo Branco, “Perfil do Marquês de Pombal”, 2.^a ed., 65; Antônio Ferrão, “O Marquês de Pombal e a Expulsão dos Jesuítas”, Coimbra, 1925, 54 ss., citado por Calmon, 1150).

Apenas 6 dias depois, em 19 de janeiro, sequestraram-se aos Jesuítas de Lisboa todos os bens móveis e de raiz, rendas ordinárias e pensões. Foi um assalto geral às casas da Companhia. Remexeram e vasculharam tudo, apoderando-se de tudo, carregando e até vendendo boa parte do despójo. Como, porém, na residência dos Procuradores das Missões ultramarinas nada de valioso fôsse encontrado, o Conde de Oeiras mandou os seis Padres Procuradores às masmorras de São Julião. (Almeida, 307-309).

Simultaneamente, com o seqüestro, foram expedidas cartas régias a todos os prelados do Reino, recomendando-lhes que prevenissem os fiéis contra os “erros ímpios e sediciosos” dos Jesuítas. (Id., *ibid.*, 309). Essas ordens incluíam a prescrição de capturar todos os coadjutores espirituais (i. é os não professos) e temporais (irmãos leigos) que pudessem haver às mãos. “Estas ordens, escreve Almeida, foram executadas em algumas terras com requintes de barbaridade”. (Id., 314).

Sòmente três meses após êsses sucessos é que o Conde de Oeiras se dispôs a informar a Santa Sé dos seus atos contra os Regulares da Companhia de Jesus. Naturalmente, tudo a seu modo, "redigido no seu estilo enfático e indigesto que caracteriza todos os diplomas oficiais daquela época", repleto de exageros, mentiras, calúnias e impudências. (Idem, 314-315). Auxiliado por seu incansável ministro acreditado junto à Santa Sé, Francisco de Almada, Carvalho, mediante subornos e valores de que havia despojado tantas casas da Companhia, vinha preparando um clima favorável aos seus planos nas altas rodas da Cúria Romana. Pretendia desnortear o Papa Clemente XIII e contrabalançar qualquer defesa futura dos Jesuítas. (Idem, 315; Murr cit., 119).

CAPÍTULO III

V I N G A N Ç A P O M B A L I N A

O Santo Padre, não querendo dar azo de parcialidade nessa delicada questão, procurou satisfazer em alguns pontos às impertinentes exigências do govêrno português, por exemplo, permitindo à Mesa da Consciência e Ordens de Lisboa, que os Jesuítas convencidos de responsabilidade no atentado de 3 de setembro fòssem relaxados à cúria secular. No entanto, apelava Sua Santidade ao coração do Rei, de usar de clemência para com os sacerdotes acusados. (Almeida, 316). Revoltado Carvalho com o pouco que o Romano Pontífice lhe concedera, resolveu vibrar o golpe supremo nos filhos de Loiola com a seguinte lei, assinada pelo Monarca em 3 de setembro de 1759, primeiro aniversário do suposto atentado contra D. José I: "Depois de ter ouvido os pareceres de muitos ministros doutos, religiosos e cheios de zêlo da honra de Deus: Declaro os sobreditos regulares (da Companhia de Jesus) na referida forma corrompidos, deploravelmente alienados de seu santo Instituto, e manifestamente indispostos com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios, etc.". (Almeida, 317; Pastor, 547 ss.; Murr, 130 ss.; Lesmes Frías, "Historia de la Compañía de Jesús en España", II, I, 525, Madrid 1944). E ameaçava com pena capital a qualquer Jesuíta, que, sob qualquer pretexto, ousasse permanecer nos confins

do reino português; e ameaçando com igual castigo a quem quer que recebesse um único Jesuíta ou tivesse trato com êles. (Cordara, loc. cit., 55). Não exagera Menéndez y Pelayo dizendo que a "história da expulsão dos Jesuítas de Portugal parece a história de um festim de canibais". (Cit. por Villoslada, Manual de Historia de la Compañía de Jesús, 536).

"No entanto, — continua a fatídica lei, — admitindo a suposição de que entre os ditos regulares possa haver alguns indivíduos particulares ainda não admitidos à profissão solene, e portanto ainda não introduzidos nos "horríveis segredos de tão abomináveis conjurações e infames delitos", movido Sua Alteza Real por sua "benigníssima clemência", permite aos ainda não solenemente professos, de apresentar demissórias do Cardeal Patriarca Visitador e Reformador geral da mesma Sociedade, e dispensados os seus votos, que possam permanecer nos domínios portugueses, como vassallos". (Almeida, 317-319; Pastor, XVI, I, 575).

A expulsão foi executada sem demora em todo o Reino, com desumanidade e até com desrespeito à dignidade sacerdotal dos exilados. (Segundo a "Synopsis Historica Societatis Jesu, Lovaina 1950, col. 343, contava a Assistência portuguesa da Companhia de Jesus 1767 membros, dos quais 1091 foram desterrados para a Itália). A 16 de setembro de 1759 começou o embarque para a Itália. Seguiram-se outros, tanto do Continente como do Ultramar, "como presente ao pai da Cristandade", como dizia com escárneo Pombal. (Cordara, loc. cit. 58; Murr, 150 ss.: Hafkemeyer, Supressão da Companhia de Jesus, 51).

Daí em diante só se encontravam em Portugal Jesuítas encarcerados em terríveis ergástulos. Entre êles havia portugueses, franceses, alemães, italianos, espanhóis e até 3 chineses. (Almeida, 58).

As prisões portuguesas que acolheram e encerraram durante 18 longos anos os Jesuítas foram: São Julião da Barra (foz do Tejo) com 123, dos quais 6 eram Provinciais e 5 Reitores; Azeitão (à margem esquerda do Tejo), com 179; Almeida (Beira Baixa), com 21; Junqueira (margem do Tejo), com 10; Torre de Belém (na barra do Tejo), com 22; São Jorge (Lisboa), com 7; cárceres de alguns mosteiros, 5; São João da Foz (desembocadura do Douro), 227 prisioneiros. Total 594. ("Patres ac Fratres ex antiqua Assistentia Lusitana Soc. Jesu, qui sub Pombalio, post dura quaeque perpessa in carceres detrudi maluerunt quam Societatem Jesu derelinquere". Olyssipone MCMIV). Dêsses 594, ape-

nas sobreviveram 60, após 18 anos de lenta agonia, resistindo aos horrores das enxovias (Koch, "Jesuitenlexikon, 1452; Duhr, "Stimmen der Zeit", 112 Bd. (1927), 116 ss. e Duhr "Deutsche Auslandsehnsucht im 18. Jahrhundert aus der Überseeischen Missionsarbeit", Stuttgart, 1928, 62; "Mitteilungen aus der Deutschen Provinz S. J." 3 Bd. 1903-1905, 174; Karl Heinrich Oberacker "Der Deutsche Beitrag zum Aufbau der Brasilianischen Nation", São Paulo, 1955, 106-107). O P. Maurício Thomann, natural da Suábia, Alemanha meridional, arrancado da sua Missão da Zambésia, e encarcerado numa masmorra em Lisboa, nos deixou 2 opúsculos em que descreve a sua vida de missionário e sua prisão. Na 2.^a parte, "Kerkerhaft", p. 43, assim se manifesta: "O que mais nos doía, a nós, antes sacerdotes tão conceituados que em Portugal nos denominavam "Apóstolos", e em Goa "Paulistas", foi que nos deixassem viver sem Sacramentos, sem Missa, e até mesmo sem Comunhão pascal. Suplicávamos pelo tempo da Páscoa, quase diariamente, que nos permitissem a Sagrada Comunhão. Tivemos por fim resposta que da nossa parte já havíamos cumprido a nossa obrigação, desejando a Sagrada Comunhão; que no demais não nos entregássemos a ilusões". E continua o mesmo prisioneiro a narrar como êle e seus companheiros souberam defender-se de alguma maneira contra a total incomunicabilidade, mediante uma telegrafia sem fio, tipo Morse, de pancadas nas paredes abobadadas do subterrâneo, consolando-se assim reciprocamente. E ainda, graças à muita habilidade do P. Thomann, conseguiram todos os pertences para o sacrifício da Missa clandestina, ao menos nos domingos e dias santos, até que por fim lhes foi facilitada a celebração. (P. Moritz Thomann, "Ein deutscher Zambesi-Missionar aus dem vorigen Jahrhundert" e "Die Kerkerhaft des Jesuiten P. M. Th. Dargestellt aus seinen eigenen Aufzeichnungen", Berlin, s. d.; "Die Katholischen Missionen", 1891, 230 ss. Prisão e Cárcere do P. Jacob Müller; Bernhard Duhr, "Geschichte der Jesuiten in den Laendern deutscher Zunge", II, 546-556).

Carvalho reteve prisioneiros todos os estrangeiros calculadamente, porque a volta a suas pátrias teria significado para êles uma libertação e ademais temia êle com razão que lá fora as nações ficassem sabendo do que se estava passando em Portugal (Cordara, 58; "Mitteilungen aus den deutschen Provinzen S. J." 1954, n.º 114, p. 161-186). A êsse propósito escreve Serafim Leite: "Para sustentar no poder quatro homens de uma família, (o regime da polícia, de

Pombal) enchia de milhares de outros as prisões de Portugal e dos seus domínios, com desprezo e escárnio da Europa". (História da Companhia de Jesus no Brasil, IX, 148). Confirma êsse parecer J. Lúcio D'Azevedo, aliás suspeito na sua admiração pelos Jesuítas: "A derruir êsse abalado edificio (da Companhia de Jesus) consagrou Pombal todo o potente esforço da sua vontade; e, bem se pode dizer, nunca mais aturada energia trabalhou ao serviço do ódio". ("Os Jesuítas no Grão-Pará, suas Missões e a Colonização", Lisboa, 1901, p. 298).

"Distante, insensível, ao drama íntimo em que se debatia a Nação, o Conde de Oeiras continuava aferrado à idéia de aniquilar a Ordem de Santo Inácio", — escreve o Visconde de Carnaxide. E prossegue: "Nada mais o interessava. A nada mais atendia. Reconstrução de Lisboa, exército, marinha, comércio, indústria, colônias, tudo descuidou". "A aversão que tinha aos Jesuítas e a glória que se dava de os haver expulso era tal, que se tornava em mania, assim que a tôrto e a direito não podia falar em outra matéria", informava ao seu Governo o Ministro de França em Lisboa, Conde de Saint Priest. E o Duque de Choiseul, Primeiro Ministro da França, sorriu de tanto facciosismo: achava que o nosso Estadista "tinha sempre um Jesuíta a cavalo no nariz". (Visconde de Carnaxide "O Brasil na Administração Pombalina", Brasiliana, vol. 192, p. 33).

Fica acima de tôda a contestação que a Pombal cabe a ignomínia de ter sido o primeiro a encenar públicamente a tragédia que terminou com o extermínio da Ordem de Santo Inácio, como foi ainda êle quem desenvolveu maior zêlo para envenenar a Europa e a América com um dilúvio de escritos caluniosos contra os Jesuítas. O pastor protestante Lavater escreveu: "Não conheço a Companhia de Jesus senão por seus inimigos; mas pela violência com que a atacam concluo que deve ter algo de grande..." (Cit. por J. B. Hafkemeyer, "A Supressão da Companhia de Jesus". Vozes de Petrópolis, 1914, p. 1).

Pelos fins de 1756 inundava Pombal a Europa com o famigerado libelo, da sua autoria, anônimo sem data nem lugar de impressão, intitulado: **RELAÇÃO ABREVIADA DA REPÚBLICA QUE OS RELIGIOSOS JESUÍTAS DAS PROVÍNCIAS DE PORTUGAL E ESPANHA ESTABELECEAM NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS DAS DUAS MONARQUIAS; E DA GUERRA QUE NELES TÊM MOVIDO E SUSTENTADO CONTRA OS EXÉRCITOS ESPANHOES E PORTUGUESES.** (J. Lúcio D'Azevedo, op. cit. 298, e outras

Memórias de Promemórias de Pombal, *ib.* 298-299; Almeida, 287; Leite, III, 197, nota 1). Talvez mais de vinte mil exemplares em português, francês, italiano, alemão e latim foram distribuídos entre os meios culturais e de influência política no intuito de preparar as projetadas violências. (J.L.D'Azevedo). No entanto, o governo espanhol retirou depois a sua responsabilidade na publicação, mandando queimá-la por mão de carrasco em Madrid (Calmon, *op. cit.*, p. 1148, nota 37). E em outra obra, de três grossos volumes de "História da Monarquia Portuguesa", desde João III até o presente, denominada DEDUÇÃO CRONOLÓGICA E ANALÍTICA, acusa Carvalho, em repetidas passagens, a Ordem Inaciana dos maiores horrores cometidos em Portugal.

Obcecado cada vez mais pela idéia de derruir a Companhia de Jesus começou Sebastião José a trabalhar o ânimo de Sua Santidade o Papa Bento XIV, sem cuja aquiescência não lhe seria possível dar o golpe de misericórdia nos Jesuítas.

O Embaixador português em Roma recebeu um exemplar da "Relação abreviada", e outros documentos, verdadeiras "verrinhas de acusações indeterminadas", em que se acentua a "piíssima devoção", que o Rei D. José sempre professou aos gloriosos fundadores da Companhia, da qual os atuais decaíram, caindo nos maiores escândalos. (Almeida, 288).

Essas incriminações e mais outras que foram chegando, impressionaram o ânimo de Bento XIV, então já doente e alquebrado pela avançada idade. Quis mandar chamar ao P. Geral dos Jesuítas a fim de lhe mostrar as acusações e fazê-lo ver quanto os seus religiosos andavam afastados da moral de Cristo. O Embaixador português, porém, representou a Sua Santidade a inutilidade dessa medida, sendo indispensável a nomeação imediata de um Visitador e Reformador da Companhia em Portugal e seus domínios. Foi designado para isso o Sr. Cardeal Saldanha, "adornado de costumes puros e boa cultura teológica, porém, criatura de Pombal, a quem devia grandes favores, seu subserviente em tôlas as coisas", como afirma Pastor. (*Loc. cit.* XVI, I, 547-48).

O encarregado de elaborar o Breve da reforma não foi o Secretário de Estado Cardeal Timoni, como aliás teria sido de praxe, mas por empenho do Embaixador português esse trabalho foi confiado ao Cardeal Passionei, "chefe de todos os jesuitófobos, opugnador da beatificação do jesuíta Cardeal Roberto Bellarmino, e amigo de Voltaire, como es-

creve Villoslada (op. cit., 528) e Almeida (op. cit., 290). O Breve, elaborado na Embaixada de Portugal em Roma, com data de primeiro de abril de 1758, declarava que Bento XIV, — avisado das desordens e abusos dos Jesuítas em Portugal e suas colônias, de que quase tôdas as potências européias já estavam informadas, — constituia como Reformador da Companhia de Jesus em Portugal e seus domínios ao Cardeal Saldanha, que devia visitar e reformar tôdas as províncias e casas que a Companhia possuísse nos mesmos reinos, e coibir e castigar os que tivessem delinqüido. Nas Instruções ao Cardeal Reformador, porém, não oculta o Santo Padre a sua simpatia pelos Jesuítas e insiste com o purpurado que “marche pelos caminhos da doçura e benignidade, principalmente porque se trata de uma Religião que foi sempre de edificação a todo o mundo”. (Almeida, 292). Por fim, recomenda ao Visitador a “possível cautela e prudência”, pedindo inteiro sigilo nas Informações secretas a respeito dos “supostos escândalos” atribuídos aos Jesuítas. (Almeida, 292; Villoslada, 532-536).

Infelizmente, falecendo em 3-V-1758 Bento XIV, Saldanha, “alma vendida a Pombal”, na frase de um contemporâneo, esquecera-se de que sua missão de Visitador expirara, caducando pela morte do Papa que lha confiara. Julgando-se dispensado das santas e prudentes recomendações do Pontífice, já após poucos dias, sem ter feito nenhum inquérito, expediu uma longa e severíssima Provisão, contrária à equidade, às ordens pontifícias, e essencialmente anti-canônica, segundo J. de Hamel de Breuil. (Citado por J. B. Hafkemeyer, in “A Supressão da Companhia de Jesus”, citando “Pombal” in “Revue historique”, Paris, t. 60, 1896, p. 274). Nesse documento ilegal acusa os Jesuítas de dentro e fora do Reino do exercício de comércio, de negociatas as mais torpes e ilícitas, e manda, sob pena de excomunhão, parar imediatamente com as negociações, exigindo dentro de três dias os livros e papéis atinentes a isso. E’ que Saldanha, na frase de Fortunato de Almeida, “aceitou como bons e provados os libelos do Marquês de Pombal, para naqueles termos vexar e oprimir uma corporação inteira, na qual havia muitos homens que tinham sacrificado o melhor de sua existência ao serviço de Deus e da humanidade”. (Almeida, 297; Lesmes Frias, “Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia Moderna de España” t. II, vol., I, 524). Pouco depois, o Ministro de Estado foi procurar pessoalmente ao velho Patriarca de Lisboa, conseguindo arrancar-lhe, após cinco horas de resistência, a ordem de suspender os Jesuítas como confesores

e pregadores na Diocese de Lisboa, ordem datada de 7-VI-1758. (Almeida, 297-298).

No mês seguinte, dia 6-VII-1758, subia ao sólio pontifício o Cardeal Rezzónico, com o nome de Clemente XIII, muito estimado por seu saber e sua virtude. Inicialmente, por amor à paz da Igreja e pelo respeito ao Rei de Portugal, Sua Santidade foi contempORIZANDO com as exigências de Pombal e seu Representante em Roma, Francisco de Almada. No entanto, devido às impertinências desse diplomata e, sobretudo, pela expulsão injusta e precipitada de Lisboa do Legado Apostólico, o Santo Padre viu-se forçado a romper relações diplomáticas com um Governo tão irreverente. (Pastor XVI, I, 584-585; Cordara, op. cit., 64-66.)

As ousadias e arrogâncias de Carvalho, agora já aliado às Côrtes Bourbônicas da França, Espanha e Nápoles, iam aumentando junto à Santa Sé, principalmente no que se refere à Companhia de Jesus. Quando, recém-eleito, Clemente XIII veio receber do M. R. Padre Geral Lourenço Ricci a homenagem de preito de filial submissão à Cadeira de São Pedro, como é de praxe na Companhia de Jesus desde a sua fundação, ouviu dos lábios de Santo Padre, — amantíssimo do Instituto Inaciano, — este programa comum para toda a Companhia: "Silêncio, paciência, oração!" Cumpriu Ricci à risca a recomendação papal, como o provam a saciedade suas seis cartas circulares a seus filhos espirituais e muitas admoestações verbais. (Villoslada, 529-530). E quando Luís XV, a fim de contentar o Parlamento francês, declaradamente hostil à Companhia, propôs diminuir a autoridade do Geral da Ordem, instituindo-se um Vigário Geral para a França, não só todos os Jesuítas se opuseram a semelhante projeto, por ser inaceitável, mas também Clemente XIII pronunciou esta categórica frase que se imortalizou: "Aut sint ut sunt, aut non sint" (Sejam tais quais eles são, ou não sejam) (Pastor, 645-646; Villoslada, 539; Koch, "Jesuitenlexikon", 1537).

Na retidão e firmeza do Romano Pontífice, desassombadamente apoiado por seu grande Secretário de Estado Cardeal Torrigiani, Carvalho encontrou uma barreira intransponível. Vendo os filhos de Santo Inácio cada vez mais acoitados e tão caluniados, publicou o Papa em 7-I-1765 a corajosa Bula "Apostolici pascendi Domini gregis munus" pela qual confirmava mais uma vez solenemente a Ordem de Inácio e todos os seus trabalhos. (Pastor, XVI, I, 692-696; Henrique Rosa, "Os Jesuítas de sua origem aos nossos dias", Vozes de Petrópolis, 1954, 254-255).

O que o Ministro onipotente de Portugal não teria ousa-

do com nenhum Soberano da terra, fê-lo com o Santo Padre a fim de se vingar da sua benevolência para com a Companhia de Jesus. Deixando sem nenhum amparo e recurso os religiosos portugueses, desembarcados no litoral do Estado Pontifício, obrigaria assim os Jesuítas romanos a socorrer seus confrades exilados. Na melhor das hipóteses esperava Carvalho que os canhões da cidade de Civitavecchia obrigassem os navios lusitanos a retornar a "Portugal com a sua indesejada carga". Mas certo é que a compaixão de Clemente XIII era demasiadamente grande para aplicar semelhante vexame a seus infortunados filhos. (Cordara, op. cit., 57; Pastor, op. cit., XVI, I, 577).

Desde o rompimento de relações diplomáticas entre o Vaticano e a Córte de Lisboa, "houve uma igreja lusitana que tinha por verdadeiro chefe o primeiro Ministro e não o Papa. As decisões que até aí cabiam ao Pontífice, foram confiadas aos Bispos subordinados à Coroa. Eram da competência do episcopado a provisão de benefícios, a sagração dos novos diocesanos, as dispensas matrimoniais. Defendiam tal sistema canonistas ao serviço do Govêrno, entre os quais o mais célebre foi o Padre Antônio Pereira de Figueiredo, oratoriano, autor da obra "Tentativa teológica em que se pretende mostrar que impedido o recurso à Sé Apostólica se devolve aos Bispos a faculdade de dispensar nos impedimentos públicos do matrimônio e de prover espiritualmente em todos os demais casos reservados ao Papa" (1766). Era, por assim dizer, completa a autonomia religiosa da Nação, e em tudo que à religião respeitava intervinha e dispunha o Conde de Oeiras. Porém, não se realizava isto sem dificuldade, porque reagia o sentimento romanista da população, ao passo que o rendimento que o Estado arrecadava da "Bula da Cruzada", fazia falta ao erário, sempre exausto". (Grande Enciclopédia cit. XXII., 351-352).

CAPÍTULO IV

ALASTRA-SE A CONJURAÇÃO

O Conde de Oeiras não satisfeito com ver o seu país já completamente livre de Jesuítas, não descansou. Por meio de subornos de tóda a sorte de propaganda, conseguiu conquistar para seus planos diversos governos de países católicos. Nada, porém conseguiu com a piedosa e equilibrada Imperatriz D. Maria Teresa. No entanto, teve pleno sucesso na França, graças à inimizade que votava aos filhos da Compa-

nhia a concubina de Luís XV, a famigerada marquesa de Pompadour (Rosa, "Os Jesuítas de sua Origem", 251 ss.) e seu favorito principal o duque de Choiseul, elevado depois a Ministro do Rei, "venerável" da maçonaria (Dicionário Enciclopédico de la Masoneria", t. I, 587) e o Parlamento, completamente minado pelo espírito jansenista e galicano (Rosa, 253). Mas o episcopado francês, mais corajoso que o português, protestou com veemência contra a perseguição movida aos Jesuítas. Enfurecendo-se sempre mais a tempestade, Clemente XIII levantou a sua voz mediante a Bula acima mencionada, em que defendeu desassombradamente os oprimidos e censurava seus opressores. Recordou os louvores e aprovações do Concílio de Trento e de 18 predecessores seus que haviam ratificado a "Societas Jesu", que produzira tão grande número de Santos e Mártires. E concluía com estas solenes palavras: "Nós... proclamamos e declaramos que o Instituto da Companhia exala fragrância e suma piedade e santidade, seja pelo fim principal que tem em vista antes de tudo, isto é, a propagação da fé católica, seja pelos meios que emprega na consecução dêsse fim, como temos averiguado até agora, pois temos visto sair da mesma escola, até nossos tempos, tantos propugnadores da fé ortodoxa e pregadores sacros, os quais com muita fortaleza de ânimo afrontaram perigos por terra e mar, com o intuito de levar a luz da verdade evangélica a povos bárbaros e selvagens. E, de quantos professam o mesmo louvável Instituto, uns se acham ocupados em dar exercícios espirituais, outros em administrar assiduamente os Sacramentos, particularmente os da Penitência e Eucaristia, e em excitar os fiéis à sua prática mais frequente; outros em confortar com o alimento da palavra divina os homens dos campos. Portanto, tendo sido o Instituto da Companhia de Jesus fundado pela Divina Providência para levar a cabo obras de tanta magnitude, também Nós aprovamos, e confirmamos com a autoridade apostólica as aprovações dadas ao mesmo Instituto pelos nossos Predecessores". (Op. cit., 254-255).

"Apologia completa e gloriosa dos perseguidos, a par de uma condenação soberana dos perseguidores, êste grande documento pontifício, pela adesão de 250 Bispos, que, ou o haviam pedido ao Papa, ou lhe deram as graças é segundo se disse acertadamente, um verdadeiro juízo da Igreja Universal". (J. Brucker, cit. por Villoslada, Manual, p. 476). Indescritível foi o furor dos inimigos da Igreja por essa defesa provinda da mais alta autoridade da terra, e isso justamente 6 anos após a expulsão da Ordem das possessões portuguesas.

A seguinte Nação a seguir o exemplo de Portugal e da França foi a Espanha, igualmente envenenada por Pombal. (J. B. Hafkemeyer, "Stimmen aus Maria Laach" 1916, 581).

A aliança da Espanha, embora rival e antagonista secular de Portugal, como nação das mais católicas, era de um peso incalculável. Como conseguiu-la? Saint-Priest afirmava que por amor a essa aliança o Ministro de José I era capaz de sacrificar até uma província. E, segundo Dom Miguel Sotto-Mayor (O Marquês de Pombal, Exame e História da sua administração, Pôrto 1905, cap. XXIX) de fato assim o fêz, sendo que a ocupação da Ilha de Santa Catarina durante 15 anos pelo general Ceballos, 1762 a 1777, é um dos capítulos obscuros da diplomacia pombalina que ainda exigem um esclarecimento (J. B. Hafkemeyer, em "Stimmen aus Maria-Laach", volt. 78, 1910, p. 581).

"Em 1766 conseguiu o Conde de Oeiras, segundo o citado Carnaxide, p. 34, acertar uma ação diplomática com a França e Espanha. Uniram-se as três Monarquias em causa comum para o trabalho, em que imediatamente se lançaram, de compelir o Papa a acabar com a Ordem de Santo Inácio. Foi um tanto escabroso obter a adesão e colaboração das Côrtes de Versailles e Madrid à peleja contra os Jesuítas, e custou boa soma ao nosso Tesouro. Segundo números publicados por Luz Soriano, nove milhões de cruzados se gastaram nas duas citadas Côrtes e na de Roma em "subornos", compra de votos de Ministros de Estado e "vencimento de dificuldades e resistências". Só para determinada barregã de El-Rei da França, foram quinhentos mil cruzados". (Luz Soriano, "História do Reinado de El-Rei D. José I", Lisboa 1867, tomo I, p. 439, citado por Carnaxide, p. 34).

Deve-se a cooperação espanhola antes de tudo à ação do primeiro Grande Oriente espanhol, através do Conde de Aranda, que conseguiu perverter o espírito de Carlos III, outrora, como Rei de Nápoles, favorável à Companhia. Prova-o exuberantemente Vicente D. Sierra, em sua "História de la Argentina", vol. III, p. 328. Sem processo algum, foram banidos de tôdas as possessões espanholas cêrca de cinco mil Jesuítas, por um Decreto de 17 de fevereiro de 1767, depois confirmado pela Pragmática Sanção de 2 de abril do mesmo ano. (Villoslada, 524 ss. — Íntegra do Decreto apud "Campana del Brasil", tomo III, 157-160; Casos fechadas, ib., 160-162).

Razões? Ficaram reservadas no íntimo do coração do monarca. Imitando o exemplo de Portugal, para maior insulto à pessoa do Santo Padre, foram conduzidos às praias do

pequeno Estado Pontifício 2.154 proscritos jesuítas espanhóis. (Rosa, op. cit. 259; "Archivum Historicum Societatis Jesu, 44 (1953), 643. Aí tiveram como verdadeiro anjo tutelar a pessoa do jovem P. São José de Pignatelli, da alta nobreza espanhola, cujo irmão era Embaixador da Espanha em Paris, o qual procurou aliviar em tudo que lhe foi possível, a dura sorte dos seus irmãos expatriados.

Afinal, também o Rei de Nápoles e os Ducados de Parma e Placência, satélites da Espanha, por sua vez, exilaram os filhos da Companhia.

Consumada a iniquidade, as Côrtes Bourbônicas, unidas sob a chefia de Sebastião José de Carvalho e Melo, fizeram novo ataque concentrado à pessoa de Clemente XIII.

Aos reiterados assaltos replicava impertérrito o Sucessor de Pedro: "No e poi, no." (Não, e mesmo não), asseverando mais, nos últimos dias de sua tão atribulada existência, que se deixaria cortar as mãos antes que assinar o decreto da extinção. Por fim, acabrunhado de dor e angústia, o nobre ancião sucumbiu em 2-II-1769.

Mas vejamos brevemente as principais razões alegadas para promover tão inusitada campanha contra uma Ordem religiosa, tantas vezes sincera e calorosamente aprovada por tantos Romanos Pontífices. Prescindindo de muita paixão, que a houve indiscutivelmente nessa tragédia, os motivos mais vezes repetidos para exigir da Santa Sé a supressão foram os seguintes: decadência e relaxamento da disciplina religiosa; afrouxamento da pobreza e obediência ao Papa e aos Bispos; intolerância e orgulho com referência às demais Ordens religiosas; imiscuição em negócios seculares; falta de progresso em suas escolas, e moral laxa na doutrina e na vida particular. (Villoslada, 524 ss.; W. Kratz, "Jesuitenlexikon vb. "Aufhebung der Gesellschaft Jesu, 120-129; Pastor, XVI, I, 555 ss., 798 ss.; Hafkemeyer "A Supressão", 142).

A propósito do que estamos analisando, escreve Rudolf Cornely, S.J. em "Stimmen aus Maria Laach", 1873, vol. V, 126: "Pombal considera os Jesuítas como perigosos para a Igreja e o Estado por terem sacudido desde longos anos a obediência às Bulas e Decretos pontifícios. Hipocrisia política! Entre todos os Ministros do século 18 não há nenhum que tivesse afrontado as Bulas Papais com maior descaro do que o Marquês de Pombal". Confirma-o Theiner na sua "Histoire de Clément XIV", página 30, cuja obra ninguém considera como jesuitófila, ao afirmar que o Ministro português nada menos pretendia do que desligar Portugal da Santa Sé, e organizar a Igreja portuguesa segundo o modelo da

seita cismática de Utrecht. Que por isso se comunicara com os jansenistas franceses, pedindo deles um livro de ensino dos seus erros, a fim de introduzi-lo nos seminários, dando também ao famigerado capuchinho renegado P. Norberto (Abbé Platel) a incumbência de elaborar um plano pela introdução do jansenismo em Portugal (ib. 126).

Quanto a negócios, o único caso real e provado foi o processo da bancarrota do P. Lavalette, Superior da Missão de Martinica. Envolvera-se êste missionário, transgredindo uma lei do Direito Canônico e à revelia dos seus Superiores, em negociatas ilícitas, vindo a falir ruidosamente. Foram feitas que jamais tiveram a aprovação, e sim a mais formal repulsa dos Superiores da Ordem, contribuindo para criar um clima adverso à Companhia. Achado culpado o P. Lavalette foi chamado à Europa pelo P. Geral, que, a pedido seu, o desligou da Companhia. (Pastor, 611-627; Koch, "Jesuitenlexikon", 125).

Acredita Cornova que, apesar de tudo, Lavalette prestou um grande serviço à boa fama da sua Ordem, ficando claramente provado que, afora êste, na Companhia não houve outro religioso "comerciante". (Villoslada, 537).

Vacante a sede pontifícia, pelo desaparecimento de Clemente XIII, houve um Conclave agitado. Numa das horas mais graves para a Igreja, subia em 15-V-1769 ao sólio de São Pedro o Cardeal Lourenço Ganganelli. Tomou o nome de Clemente XIV. Parece provado que nenhum compromisso definido assumiu perante seus eleitores quanto à extinção da Companhia de Jesus. Apenas, externamente, se lhes mostrou indiferente e até por vêzes ríspido, no intuito de parecer anti-jesuítico aos olhos dos seus observadores. Tendo volvido já um decênio, em junho de 1770, o novo Papa restabeleceu as relações diplomáticas com o Governo Português, enviando-lhe um novo Núncio, que foi recebido com honras excepcionais. Carvalho, já então Conde de Oeiras, foi condecorado por D. José I com o título de Marquês de Pombal.

Animados os inimigos dos Jesuítas voltaram à carga com reforçado ardor. Clemente XIV, humilde franciscano, pouco hábil e nada prático nos enredos diplomáticos, tentava ganhar tempo com pretextos, delongas e razões de adiar um assunto, cuja responsabilidade não desejava assumir êle só. Porém, em 1772, apareceu em Roma o espanhol Moñino, Ministro de Carlos III. Foi tão violenta, impertinente e até mesmo feroz a insistência dêsse homem perante o pobre timoneiro da barca de Pedro, que por fim, êste cedeu, assinando o Breve já preparado de antemão na Embaixada de Espa-

nha. O posterior desabafo angustiado de Clemente: "Compulsus feci" (Fi-lo impellido, ou forçado) traduz tôda a verdade dêsse ato. Era o dia 21 de julho de 1773. (Pormenores em Pastor, 547-978; Josef Kardinal Hergenroethers "Handbuch der allgemeinen Kirchengeschichte", Freiburg 1919, 5.^a edição, IV, 173-186; Weiss, "Weltgeschichte", XIII, 1-43; Rosa, 262-263).

Mas para a publicação do Breve, intitulado "Dominus ac Redemptor", esperaram até o dia 16 de agosto seguinte. Na tarde dêsse mesmo dia consumir-se-ia o ato final de uma longa tragédia: a definitiva eliminação da Companhia de Jesus. Por ordem do Papa, Monsenhor Vicente Macedônio, sobrinho de Sua Santidade e Secretário da Congregação dos Cardeais, e o Prelado Alfani, escoltados por um pelotão de gendarmes da guarda pontifícia, penetraram na Casa Professa do Gesù, dos Jesuítas de Roma. Na presença do Mui Reverendo Padre Geral Lourenço Ricci e de seus Assistentes, o emissário papal deu leitura pausada ao Breve "Dominus ac Redemptor".

Após uma extensa introdução acêrca da reforma e extinções de Ordens religiosas efetuadas nos séculos anteriores pelos Romanos Pontífices, o documento recapitula a história da Companhia, carregando as sombras da mesma, e silenciando o bem operado em mais de dois séculos de atividade; acusa os filhos de Santo Inácio de terem, desde o seu aparecimento, espalhado a semente da discórdia e dos ciúmes dentro e fora do seu Instituto, entre o clero secular e regular e até entre os Príncipes que os haviam recebido. Afirma que vários soberanos piedosos, no intuito de manterem a paz e a união na Igreja, não só haviam já desterrado os membros dessa Ordem dos seus Estados, como ainda insistiam, — sempre considerando o interesse e a paz estável da Igreja universal, — na supressão total da Companhia. Na derradeira parte do Breve se assevera que a Companhia de Jesus já não correspondia ao fim para o qual fôra fundada, não havendo mais possibilidade de se conservar a paz, se ela continuasse a subsistir. Por estas e ainda outras razões, que o Augusto Pontífice dizia guardar em seu coração, o Breve Clementino termina com estas palavras: "suprimimos, extinguimos e abolimos a mencionada Companhia". (Pastor, XVI, II, 210-212; "Vox et Veritas", São Paulo 1896, que publicou em 29 páginas o Breve de Clemente XIV, em tradução portuguesa, como protesto maçônico e anticlerical contra o projeto de se levantar no Estado de São Paulo uma estátua ao P. José de Anchieta). Como "nota"

lembramos que o Cardeal Leonardo Antonelli, defensor da Companhia, entregou a Pio VI, sucessor de Clemente XIV, um Memorial, em que alega nove razões para provar que o Breve Clementino é nulo, inválido, iníquo, e que, por consequência, a Companhia de Jesus não foi extinta. (J.B. Hafkemeyer, em "Anuário do Rio Grande do Sul", Pôrto Alegre, 1914, p. 155 ss.).

No intuito de suavizar algum tanto o rigor das palavras, Sua Santidade recomenda a todos os filhos de Deus que permaneçam em caridade comum e por isso se abstenham de tôda discórdia; e ainda a todos admoesta a não perseguir os membros da Ordem sacrificada; e lembra aos Reis a não sonegação aos ex-Jesuítas das pensões prometidas. (Joh. Bapt. von Weiss, "Weltgeschichte, XIII, 79).

Como transluz claramente pelos termos do Breve, a "extinção da Ordem dos Jesuítas não foi nenhuma manifestação "dogmática" do Papa, porém meramente "diplomática", conforme a explicação do Cardeal Faulhaber. (Michael v. Faulhaber, "Jesuiten", in "Im Sturm der Zeiten", Styria 1955, n.º 2, caderno 2, p. 21). E Ludwig von Pastor no vol. XVI, II, da sua "História dos Papas", faz suas as expressões de Weiss (Weltgeschichte, XIII, 78): "O Papa, de forma alguma suprimiu a Companhia de Jesus por imoralidade, por má doutrina, por relaxamento da disciplina, mas exclusivamente por amor à paz da Igreja". E conclui dizendo: "Tratava-se de aniquilar o baluarte mais forte da Igreja romana". (Pastor, XVI, II, 213).

Inicialmente estarrecidos, mas logo depois completamente serenados, sem uma única sílaba de réplica, ouviram os Jesuítas do Gesù até o fim aquela tremenda leitura, acatando resignados e humildes a vontade daquele ao qual deviam obediência especial em virtude do quarto voto de seu Instituto. Após isso, foi intimada a todos a severa ordem de não abandonarem a casa, sendo confiscados imediatamente os seus arquivos. Na véspera do dia imediato compareceu no Gesù o Cardeal Corsini para levar o Padre Geral e seus cinco Assistentes e interná-los no Colégio Inglês sob a alegação de vigiá-los mais de perto e impedir sua fuga. Cinco semanas depois, já noite fechada, o P. Ricci, com os Assistentes, foi encerrado em dura prisão no Castelo de Sant'Angelo, sem lhe respeitarem a idade de 70 anos e a saúde abalada. Permaneceu ali incomunicável com todo o mundo durante mais de dois anos, até a sua morte, em 24 de novembro de 1775. Antes de fechar os olhos para êste mundo e prestes a comparecer perante o tribunal divino, ao receber o

santo Viático, leu na presença de várias testemunhas, uma declaração assinada por seu próprio punho, atestando a sua inocência, como ainda a da sua Companhia no de que eram acusados por seus detratores, mas perdoando de coração a quantos fôssem culpados na extinção da sua Ordem: (Pastor, 240-244; Murr, "Journal", IX, 270; Koch, ad verbum "Ricci", 1538; Synopsis Historiae Societatis Jesu, Lovanii 1950, colunas 369 e 371).

Ouçamos a palavra de Cesar Cantú, historiador leigo, imparcial, que muitas vêzes externou divergências sutis de opiniões com os Jesuítas, e nunca lhes devotou particular estima: "Aquela Ordem poderosa, vingativa, cedeu ao primeiro comando, cruzou os braços sôbre o peito e expirou, lamentando a fraqueza do Pontífice e a intolerância dos tempos. Tantas abominações lhe haviam sido imputadas e nem um só réu se descobriu. Dos seus arquivos deviam sair as provas dos crimes pelos quais a posteridade pudesse juntar novos impropérios aos dos contemporâneos, mas as provas não apareceram ainda. Os Ministros esperavam pagar as dívidas públicas com êste "perú", como dizia Carlos III; arrojaram-se sôbre os despojos, e Roma fê-lo com tal arrogância qual não mostraram os jacobinos poucos anos depois; os créditos que as casas tinham nos bancos públicos foram anulados, dizendo-se que, na falta de credor, o crédito ficava extinto. Obrigaram Ricci a jurar que daria conta exata dos bens da Companhia; e como não se encontrassem as riquezas esperadas, e o Geral protestasse que as únicas existentes eram as oferecidas pela devoção dos fiéis, foi encerrado no Castel Sant'Angelo". (Cantú, "Historia Universal", Livro 17, cap. X, cit. por Henrique Rosa, 266-267; J. B. Hafkemeyer, "Para o Centenário da Companhia de Jesus", em Anuário do E. do Rio Grande do Sul, 1914, 159 s.)

Quanto ao número de religiosos da Companhia, em 1750, isto é, pela época em que se originou a guerra da supressão, somavam 22.589, dos quais eram sacerdotes 11.293, distribuídos por 39 Províncias, possuindo 84 casas professas nas principais cidades, 669 colégios, 61 noviciados, 176 seminários, 335 residências e 273 estações missionárias em diversos países do mundo. Tôda essa respeitável falange foi dissolvida e posta fora do combate na sua maior parte. Não admira, pois, que o Conde de Albon, comentando o Breve Clementino, de 16 de agosto de 1773, assim se manifestasse: "Sôbre um altar levantado por mãos inimigas, o Papa sacrificou vítimas cujo preço não conhecia e que nunca deveriam cair aos golpes dêle". (Cit. por J. B. Hafkemeyer, "A

Supressão da Companhia de Jesus”, 1914, 19, citando a Feller, Dict. Hist. VIII, 616; Pastor, XVI, II, 217; W. Kratz, “Jesuitenlexikon, 128-129).

Desapareceram os defensores de primeira linha do Pontificado Romano com indescritível gáudio nos arraiais racionalistas, jansenistas, absolutistas, enciclopedistas, maçônicos e protestantes de diversos matizes. (Koch, “Jesuitenlexikon”, 903-904; Pastor, XVI, II, 253 ss.; Weis, op. cit. XIII, 80 ss.; P.L. Gonzaga de Azevedo, S.J. “O Jesuíta, Fases duma Lenda”, Bruxelas, 1913, I p. VIII ss.). Verificou-se assim ao pé da letra a exatidão do parecer de Pio VI, que qualificara a Ordem de Santo Inácio extinta como “odium generis humani”. (Cit. apud Johann Philipp Roothaan, von Jos. Martin, Ravensburg, 1889, 127).

Choveram as felicitações à pessoa e obra de Clemente XIV e às principais personagens que haviam colaborado na abolição da Companhia. Quem, no entanto, mais exultou, foi naturalmente o Marquês de Pombal, que mandou festejar a “vitória” com demonstrações de júbilo, sobretudo com Te Deum em ação de graças e tríduos festivos na Igreja patriarcal e demais templos de Lisboa, iluminação de tóda a Capital nos dias 29 e 30 de setembro e 1 de outubro de 1773. (Pastor, XVI, II, 215 ss.; Fortunato de Almeida, “História da Igreja em Portugal”, IV, I, 327; Francisco d’A. Teixeira d’Aguiar, “O Marquês de Pombal, cem anos depois de sua morte”, Pôrto 1882, 295). E, caso inédito, para maior vexame das centenas de Jesuítas, que, desde anos, estavam apodrecendo nas enxovias de Portugal, Sebastião José mandou ler aos infelizes detentos o Breve Clementino, em 7 de setembro e logo após despir-lhes as velhas e surradas sotainas pretas de religiosos e dar-lhes roupas de condenados a galés, como se fôsem histriões de feira. Ademais, tiveram de ouvir a desumana sentença do Ministro autoritário de que, embora já estivesse extinta a Companhia de Jesus, êles, no entanto, continuariam presos ali naqueles ergástulos. (P. Moritz Thomann, cit. 63-70; Almeida, op. cit., 327).

Estaria saciado agora o ódio de Pombal? Mandou eliminar do Martirológio romano, em uso no Reino, os Santos jesuítas Inácio de Loiola, Francisco Xavier e Francisco de Borja, atribuição exclusiva da Santa Sé; e, lembrado dos restos mortais de S. Francisco Xavier, que descansavam num riquíssimo templo de Goa, adornado esplêndidamente pela piedade bissecular do mundo católico, expediu a ímpia ordem ao governador de Goa de remeter-lhe tóda a prataria e tódas as jóias e pedras preciosas do túmulo do santo Após-

tolo do Oriente. Encheram-se 19 caixas com objetos preciosos. Por sorte, quando chegaram a seu destino, já estava no trono a piedosa D. Maria I, que, horrorizada com semelhante profanação e sacrilégio, sem mesmo querer ver o conteúdo, ordenou de restituir tudo imediatamente. ("Le Marquis de Pombal, Esquisse de sa vie publique", par Francisco Luiz Gomes, 1869, 346-347; e nosso artigo "É contudo, ela voltará", Separata de "Estudos", Pôrto Alegre, Ano XVI, N.º 4, fasc. 60).

Bem avaliaram as vítimas do golpe desferido pelo Breve quanto não teria custado ao coração do Vigário de Cristo, homem tímido e adoentado, êsse Rescrito, que, fabricado por outras mãos, lhe fôra arrancado e que assinara só após três anos de relutância infrutífera. Êle próprio confessou mais tarde, triste e desalentado: "Compulsus feci" (Fi-lo constrangido).

Do lado genuinamente católico também vozes bem numerosas e autorizadas se fizeram ouvir. Limitamo-nos a duas das mais qualificadas. O Bispo Santo Afonso Maria de Liguri, fundador da Congregação do SS. Redentor e Doutor da Igreja, ao ouvir que a Companhia fôra extinta, exclamou: "Pobre Papa! Que podia fazer êle em tão terrível situação, quando todos os governos exigiam unânimemente a supressão? E' assunto nosso adorar silenciosamente os ocultos juízos de Deus e aguardar com calma. Eu, porém, vos digo: Um Jesuíta que ficar, será capaz de restabelecer a Companhia". (Koch, op. cit. 1107-1108, ad verbum "Liguri"; Ravignan, "Clément XIII et Clément XIV", Paris, 1854, vol. I, 16; Con. J.C. Fernandes Pinheiro, in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", XVIII, N.º 17, 103, Rio de Janeiro, 1855).

O segundo foi a nobre alma do M.R. Padre João Filipe Roothaan, 21.º Geral da Companhia, 1829-1853. Numa carta dirigida ao P. Ravignan, jesuíta francês, felicitando-o pelo livro "De l'Existence et de l'Institut des Jésuites", 1844, o animava a escrever outra obra em que refutasse a do oratoriano P. Ag. Theiner, defendendo a Clemente XIV, pois êle, P. Roothaan, acreditava que, dadas aquelas terríveis circunstâncias, o Santo Padre não poderia ter agido doutra maneira a não ser extinguindo a Companhia. Ravignan satisfez o desejo do seu Superior, publicando dois volumes, intitulados "Clément XIII et Clément XIV", editados em Paris no ano de 1854, quando Roothaan já era falecido. (Jos. Martin, Johann Philipp Roothaan, nach dem Hollaendischen des P.J.A. Thym S.J., Ravensburg, 1898, 116-120, nota).

CAPÍTULO V

RESULTADO DA SUPRESSÃO PARA A IGREJA

Para conhecer ao menos superficialmente quanto representou para a Igreja militante a extinção da Companhia de Jesus, basta respigar do recheio dos documentos relativos ao assunto alguns pareceres. Ei-los.

“Arruinando aos Jesuítas se arruina Roma”, asseverava o arrogante apóstata e ladrão Frei Paolo. (“Los Jesuítas y sus detractores”, cit. por ESTUDIOS, Buenos Aires, 1940, N.º 349, p. 37).

O historiador eclesiástico Cardeal Hergenroether emite o seguinte parecer: “A queda dos Jesuítas deveria ter restituído a paz à Igreja. Isso, porém, só fortificou a revolução e enfraqueceu a Igreja nessa guerra que se tornava cada vez mais perigosa. Um baluarte geral de toda a autoridade havia desabado; a própria Cadeira Apostólica recebera uma ferida perigosa; a Ordem, tão tenazmente defendida por Clemente XIII até o fim de sua vida, — incapaz de se ter alterado tanto no espaço de apenas 3 anos, que merecesse ser supressa, — foi abolida violentamente por Clemente XIV, devido à pressão externa, sem processo jurídico e sem que aparecessem novas razões, e isso numa época em que essa Ordem ainda contava muitos sábios em todos os ramos do saber e muitos homens piedosos, que, mediante as suas virtudes, elevavam e edificam seus contemporâneos, e ainda beijavam a mão aos que os feriam, demonstrando insigne resignação e constância. Os bens da Ordem foram saqueados e aplicados muitas vezes para fins profanos; às cadeiras docentes dos Jesuítas muitas vezes subiam homens totalmente anticlericais; na Espanha e em Portugal a ciência teológica se extinguiu quase completamente. As tribulações da Côrte Romana aumentaram, as Côrtes tornaram-se desabusadas em suas exigências. Em muitos países, mórmente na Alemanha, houve protestantes benevolentes, como p. ex. Cristov von Murr, em Nürenberg, que tomaram partido decididamente em favor da Ordem supressa. A lacuna deixada por ela em breve se fêz sentir em todos os lados. A Igreja havia sido repelida para a situação em que ela se encontrara antes do grande ressurgimento na segunda metade do século XVI; uma fortaleza exterior da Igreja fôra tomada pelo inimigo; o assalto ao baluarte interno irromperia com muito maior intensidade”. (Hergenroether, “Handbuch”, cit., 185-186). E o historiógrafo Johannes von Müller conta que em

breve se sentiu que uma antemuralha de toda autoridade havia caído. (Von Müller, "Vierundzwanzig Bücher allgemeiner Geschichte", XXIII, 9). Confirma Chateaubriand esses conceitos observando que a juventude e a literatura haviam sofrido um dano irreparável. E Weiss conclui escrevendo: "Uma geração inteiramente nova foi crescendo, que primeiro correu loucamente atrás de imagens quiméricas de política, para depois chapinhar no sangue". (Weiss, XIII, 99).

Com a vitória alcançada sobre a Santa Sé cresceu desmesuradamente a ingerência indébita do poder civil nos negócios eclesiásticos e o desrespeito aos direitos pontifícios, o progresso do protestantismo e outras seitas nos países católicos.

Para as Missões, "que são a Igreja em marcha", como as qualificou judiciosamente alguém, sobretudo as dos infiéis, foi um enfraquecimento geral, ou até mesmo sua completa ruína. Os novos obreiros, destacados a preencher as lacunas, eram, além de muito insuficientes quanto ao número, soldados bisonhos, sem aquêle longo treino no trato com povos incultos dos veteranos do capitão biscainho de Loiola. (Weiss, loc. cit. XIII, 94 ss). Para Ranke, historiador protestante, "a destruição da Companhia de Jesus representa um passo de significação incomensurável, já pela relação do catolicismo para com o protestantismo, e mais ainda para a vida interior do catolicismo". (Ranke, "Geschichte der Römischen Päpste", III, 142, cit. por Koch, "Jesuitenlexikon", 127). Confirmou esse sentir o rei filósofo da Prússia Frederico II, ao dizer: "Não sou nenhum profeta, mas prevejo que a extinção da Ordem dos Jesuítas, com o tempo, vai custar caro à Igreja Católica". ("Der Jesuitenorden und der Freimaurereorden", Vorträge in der öffentlichen Katholikenversammlung zu Aachen, 5-XI-1871, gehalten von Eugen Theodor Thissen, 5. Auflage, p. 6). O citado Ranke concede que o fim da Ordem dos Jesuítas foi um abalo tremendo para o mundo católico, precisamente ali onde se formam as gerações novas. Havendo sido tomado o baluarte externo, houve de começar o ataque de uma mentalidade vitoriosa à fortaleza interna com maior furor. (Cit. por Koch, "Jesuitenlexikon", 128).

O mais grave, porém, foi que o assalto à Companhia e sua queda se estendessem também às demais Ordens e Congregações religiosas, contra o clero secular e regular e até contra o próprio Papado e a Igreja de Cristo. Estava desimpedida a estrada para a Grande Revolução de 1789. (Koch, cit. 129).

O que aconteceu no terceiro quartel do século 18, mórmente com a extinção da Companhia, representa uma demonstração de fraqueza da parte da Autoridade eclesiástica, — como escreveu alguém, — uma grave derrota, e um encorajamento pernicioso dos anticlericais, nomeadamente dos absolutistas régios. Se a palavra do Romano Pontífice fôra até então sempre ouvida e acatada pelos maiores potentados da terra, daí em diante foi-se abrindo e aplainando a estrada para a grande reviravolta política e religiosa da França por faltarem já os mais ousados defensores da autoridade, abrindo-se já a brecha para a Porta Pia, a ser assaltada em 20 de setembro de 1870.

CAPÍTULO VI

DESTÊRRO DOS JESUÍTAS DO BRASIL

O movimento das deportações já começara em 1755 com 21 padres banidos do Pará, por ordem do irmão do Ministro Português, secundado pelo Bispo local. (José Caieiro, "Jesuítas do Brasil e da Índia, na perseguição do Marquês de Pombal", Baía 1936, 27 ss.; Leite, VII, 347). Mas nem todos os Prelados do Brasil se conformaram com as ordens de Lisboa, no tocante à perseguição Jesuítica, arrostando afoitos as conseqüências dessa atitude, como p.ex. os Bispos do Maranhão, da Bahia e de São Paulo. (Leite, VII, 345; Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, "História Eclesiástica do Brasil", Vozes de Petrópolis, 249-250).

Serafim Leite publica a estatística dos membros da Ordem, referente ao ano de 1760. (Leite, VII, 240). Os da "Província do Brasil", quer dizer os que tinham residência desde a Paraíba até Santa Catarina, incluindo a Colônia do Sacramento, eram 474, sendo portugueses um pouco mais da metade, os restantes nascidos no Brasil, e uns poucos estrangeiros; na "Vice-Província do Maranhão e Pará", de fundação muito mais recente, havia apenas 155, dos quais 8 eram filhos da terra, 13 estrangeiros e os demais de Portugal. Total de Jesuítas em 1760 no Brasil: 670, incluindo os noviços. Estes últimos, porém, foram considerados por Carvalho como não pertencentes ainda à Ordem; e dos que ainda não eram sacerdotes, — em número regular, — perante a perspectiva terrificante do destêrro e do encarceramento no Ultramar, ficaram alguns apavorados recuando e aceitando o egresso da Companhia, secularizando-se. Outros jovens, entretanto,

constantes perante as ameaças, mentiras e torturas do Prelado Fluminense e de Gomes Freire de Andrada, inimigos declarados dos Jesuítas, resistiram corajosos, ficando fiéis à sua vocação. (Caieiro, 179, 245 ss.). Os que preferiram ficar fiéis a seus votos foram deportados para o Reino "como notórios rebeldes, traidores, adversários e agressores." (Afonso de E. Taunay, "História da Cidade de São Paulo no Século XVIII", 1735-1766, vol. I, 2.^a parte, 63; Darcy Azambuja, Discurso da Sessão comemorativa do 4.^o Centenário da Fundação da Companhia de Jesus, Pôrto Alegre, 4-10-1940, ed. jubilar de "Notícias da Província do Brasil Meridional", 66 ss; Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", tÔmo XVIII, 158 ss.).

Já antes de decretar a extinção da Companhia ordenara Carvalho a largada para o Brasil de naus destinadas a receber, como prisioneiros encaminhados ao Reino, todos os Jesuítas do Brasil e do Maranhão. Zarpavam elas de Lisboa a 25 de agosto e a 29 de outubro fundeavam na Guanabara.

Há justamente duzentos anos, em princípios de 1760, que se efetuou o embarque, alguns meses após o decreto subscrito por D. José I em Lisboa, a 3 de setembro de 1759. No Rio, a 15 de março, embarcaram 125 Padres e Irmãos; na Bahia, a 19 de abril, em dois navios, 124 religiosos; no Recife, a 1 de maio, 53; no Pará, a 12 de setembro, 115, além dos que já os haviam precedido. A isto observa Serafim Leite: "Convém saber que os Jesuítas do Brasil eram mais do que a soma destes números. Vários já haviam sido expulsos anteriormente; sendo que outros, por viverem mais afastados da costa, seguiram em breve o mesmo rumo que os mais religiosos". (Leite VII, 344-345). Alguns desses exilados, empilhados como escravos negros no bojo dos navios, não aturando os sofrimentos e privações da longa travessia marítima, sucumbiram na viagem. Para maior vexame, um dos navios de transporte foi a fragata de S. José e S. Francisco Xavier, pertencente ao P. Provincial do Brasil, usada por êle nas contínuas visitas das casas da sua extensa Província. (Leite, VII, 260; Caieiro, 194-196; J.M. de Madureira, S. J. "A Liberdade dos Índios, a Companhia de Jesus, sua Pedagogia e seus Resultados", Rio 1927, I; 108-109).

O finado polígrafo, historiador Affonso de E. Taunay, num artigo publicado em 28-VIII-1948 no Jornal do Comércio, do Rio, sob a epígrafe "Expulsão dos Jesuítas", registra alguns episódios havidos por ocasião do êxodo dos Padres.

“Para a Bahia despachara Pombal três desembargadores a fim de iniciarem o processo da expulsão dos Jesuítas e do confisco de seus bens... Nestes entrementes circulara no Brasil o boato de ocorrência de uma revolução em Portugal em que fôra Pombal assassinado e Dom José I destronado em proveito de seu irmão D. Pedro. Eram as notícias deturpadas do atentado em que o Rei poderia ter perdido a vida. E esta notícia causara verdadeiro terror aos inimigos da Companhia entre os quais se arrolavam na primeira plana o Bispo e o Capitão General do Pará, Dom Frei Miguel de Bulhões e Souza, acoimado de ingrátissimo aos antigos protetores, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

“No Rio de Janeiro Gomes Freire de Andrada, criado em 1758 Conde de Bobadela, em recompensa de sua dedicação a Pombal, deu largas à ira que contra os Jesuítas concebera devido sobretudo aos acontecimentos da Demarcação...”

“Como executante militar da prisão dos inacinos (inacianos), vinha o Coronel Vicente da Silva da Fontoura, personagem pouco depois tristemente célebre como capitulador da Colônia do Sacramento, a 30-X-1762 ante a investida espanhola de Dom Pedro de Ceballos, após um assédio de 28 dias. A testa de 200 soldados, a 3 de novembro cercou o Colégio (do Rio) e prendeu o Reitor Manuel Ferreira e sua comunidade. Pouco depois publicava Bobadela bando sobremodo injurioso em relação aos Jesuítas a quem se imputavam a cumplicidade no atentado contra D. José I, os erros ímpios, a soberba e atrevimento de péssimos súditos que pretendiam libertar-se do jugo de sua monarquia planejando a fundação de um império teocrático na América do Sul. Ficariam seqüestrados até o próximo embarque para o Reino. Logo após foram expulsos os Padres de suas fazendas. No Espírito Santo, o desembargador João de Siqueira Ferraz, Comissionado de Bobadela, houve-se nesta missão com muita humanidade, refere Caieiro.

“Mas dêste modo não procedeu seu colega Custódio de Araújo Salazar, enviado a São Paulo para idênticos fins. A noite, acompanhado de tropa, cercou o pequenino colégio de Santos e o varejou, o que na madrugada seguinte causou a maior surpresa aos santistas. Prendeu a comunidade composta do Reitor Padre João de Matos, cinco sacerdotes, quatro coadjutores e um estudante. A 26 de novembro despachou-os para o Rio de Janeiro, onde chegaram após péssima viagem de 13 dias em que padeceram o maior desconforto e muita inédia.

“Ordenou Salazar ao coronel Alexandre Luís de Souza

e Menezes, delegado de Gomes Freire, que fôsse a São Paulo apoderarse do Colégio e seminário da Companhia. Recebera instruções para "agir com a necessária cautela, vigilância e segredo". Seguido de tropas entrou às dez da noite "sem transparecer a sua vinda. Quando os Padres sentiram os ecos dos soldados pagos (de linha), e os da ordenança, já estava formado o cordão que cingia tôda a cêrca (horta) do colégio, e nesta noite, como nas seguintes, sempre em pessoa rondava o governador todos os portos. Perigosa, perigosíssima missão!" (Taunay).

"No dia 8 foi o Prefeito da cidade acompanhado de beleguins à casa dos Jesuítas e depois de os convocar lhes leu as ordens que do governador recebera. (Caieiro, 257). Ordenou o ouvidor que o Padre Reitor, Lourenço Justiniano, lhe apresentasse os livros de contas de sua casa, no que prontamente foi obedecido. Declarou depois que queria ver os da escrituração comercial. E como nenhuns havia, e o mesmo assegurassem tanto o Reitor como os mais Padres, mandou-lhes que assinassem os nomes nos livros das contas. Louva Caieiro o procedimento do magistrado com estas palavras: "Até mesmo nesta ação, em si tão insignificante, se houve com tal compostura e bons modos que bem mostrava fazer isso contrafeito.

"Estou com efeito informado que êle, entre tantas vexações contra os da Companhia, formara um alto conceito acerca dêles que em presença do próprio governador ousara enaltecer a modéstia e outras virtudes, com que suportavam a terrível tempestade, que contra êles se desencadeara. (Caieiro, 257).

"No dia 29 de novembro, compareceu pessoalmente em São Paulo o desembargador Salazar. Dirigiu-se imediatamente ao Colégio, onde reiterou as ordens já antes comunicadas pelo Prefeito da cidade, e mais ordenou que os Jesuítas se ficassem nos seus quartos e não saíssem a não ser para os atos, que só iam fazer em comum.

E continua Caieiro, citado por Taunay: "Dirigiu-se depois para o seminário, que estava anexo ao colégio, e ordenou aos 23 moços que lá moravam, que ou se fôsem embora ou que, se lá quisessem continuar, tinham que ficar sob o govêrno de um novo Reitor. E, como todos à uma respondessem que não queriam ficar sob o govêrno de outrem, a não ser sob a disciplina dos Jesuítas, pôs todos fora de casa. Sei, contudo, que com isto ficara muito desgostoso, e que afirmara que só forçado é que fôra causa de tão grande detrimento ao bem da Igreja e da sociedade. (Caieiro, 258/9).

“Ordenou Salazar o fechamento da Igreja do Colégio e que duas vezes por dia fôsem contados os presos. (Taunay).

Vexames dêsses, infligidos por autoridades inferiores subservientes às ordens de Lisboa, se repetiram em diversos pontos. Mas, honra lhe seja, salvo raríssimas exceções, o povo do Brasil, que via partir seus Padres, lhes manifestou um sincero pesar mediante lágrimas bem eloqüentes, única expressão permitida, sendo que as outras demonstrações haviam sido severamente interditas pelas autoridades civis. (Mons. Paulo F. S. Camargo, “A Igreja na História de S. Paulo”, 4.º vol. 126 s.).

No decorrer de mais de duas longas centúrias de atividade apostólica, os Jesuítas haviam fundado no Brasil nada menos de 382 aldeias ou missões. (Revista ASIA, São Paulo, 1954, N.º 16, p. 21). E, quando em 1760 abandonavam o Brasil, no qual, na expressão de Capistrano de Abreu, haviam feito uma “obra sem exemplo na História” (Leite, I, 19), entregavam 137 casas, assim distribuídas: 11 colégios, 8 seminários, 53 residências e 65 missões. (Mons. Silveira Camargo, “História Eclesiástica do Brasil”, 249).

CAPÍTULO VII

CONSEQUÊNCIAS DO EXÍLIO PARA A NAÇÃO BRASILEIRA

O historiador dos Papas, LUDWIG VON PASTOR, já diversas vezes citado neste trabalho, ao passar em revista os efeitos calamitosos para as Missões, demora, em extenso parágrafo, no desastre que significou para a América, nomeadamente a Portuguêsa, o ver-se de um dia para outro privada de seus missionários. (Pastor, XVI, II, cap. VIII, 7, p. 343 ss.). No que tange ao Brasil, ouçamos rapidamente algumas opiniões de patrícios nossos, de incontestável autoridade.

Ensina JOAQUIM NABUCO: “E’ de todo duvidoso que existisse a unidade brasileira sem a unidade da Companhia; a probabilidade é que não haveria Brasil, se, em vida de Loiola, Portugal não tivesse sido feito Província da Companhia. (III Centenário do Ven. P. José de Anchieta, Paris, 1900: “A significação Nacional do Centenário Anchietano”, Conferência do Dr. J.N., 327, cit. por Madureira, “A Liberdade dos Índios”, I, XXXVI).

O escritor gaúcho VIANA MOOG, tratando em sua obra "Bandeirantes e Pioneiros" do perigo invasor francês e holandês ao tempo da Colônia, não teve dúvida em escrever estas frases: "Não fôssem os Jesuítas, a alma da resistência assim no Rio como no Maranhão e mesmo em Pernambuco, e o Brasil dividido entre católicos e calvinistas, já não seria o que é. Pode ser que o bandeirante haja conquistado o sertão, dilatado as fronteiras no Império, mas a defesa da integridade nacional e de sua estrutura moral e espiritual, essa foi obra indiscutível do Jesuíta". ("Bandeirantes e Pioneiros", Pôrto Alegre, 2.^a ed. 1955, cap. IV, par. 7, p. 317).

E JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS assim se manifesta: "Jesuítas há na América portuguesa desde os primeiros anos da fundação da Ordem, e sem eles é inexplicável a nossa própria história". ("Os Jesuítas e o Ensino", Rio 1911, p. 32, cit. por Madureira, op. cit. I, p. XXXVIII, nota 6).

Também JOÃO MENDES DE ALMEIDA declara: "Sem diminuirmos o valor dos grandes serviços das diversas Ordens religiosas, é lícito afirmar que o Brasil foi obra mais dos Jesuítas do que dos Donatários e do Govêrno de Portugal". ("Algumas Notas genealógicas", São Paulo 1886, 52, cit. por Madureira, 7, nota 6).

E o P. AMÉRICO DE NOVAES, S.J. assevera categoricamente que "se não se tivesse desfechado o golpe de morte nas Missões do Brasil, — e houvessem os sucessores de Anchieta continuado os seus evangélicos labores, hoje, como afirma um dos nossos mais eloqüentes Prelados (D. Antônio de Macedo Costa, em "A Amazônia", 25), "provavelmente não teríamos mais um só índio selvagem nas nossas florestas, lograríamos a doce consolação de ver tôdas as tribos caminhando para um iluminado porvir, incorporadas à comunhão política do país, mesmo aquelas que por seus instintos ferozes incutem terror ao homem civilizado". (III Centenário de José de Anchieta, 185-186, cit. por Madureira, ib. 7).

Até o insuspeito escritor português J. LÚCIO D'AZEVEDO, em sua obra "Política de Pombal em relação ao Brasil", p. 203, chega à seguinte conclusão: "Sem Jesuítas não seria possível o Brasil, como êle é hoje. Construção semelhante não intentaram nunca, por diferença de mentalidade, e por serem de religião diversa, os setentrionais estabelecidos na mesma parte do mundo".

Em 1889 nosso estadista BARÃO DO RIO BRANCO opinava que "não é possível deixar de reconhecer que êstes re-

ligiosos (os Jesuítas), prestaram os maiores serviços ao Brasil. A conquista e a colonização da América Portuguesa do século XVI e XVII em grande parte é obra deles. Como missionários conseguiram ganhar para a civilização milhares de índios e a raça indígena, devido a seu devotamento, tornou-se um fator considerável na formação do povo brasileiro. Foram sempre os defensores da liberdade dos índios e os educadores da juventude brasileira que procurava instruir-se. O Brasil deve às escolas fundadas pelos Jesuítas quase todos os grandes nomes de sua história literária do século XVI ao século XVIII". E cita os poetas Gregório de Matos, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Cláudio Manuel da Costa e Inácio José Alvarenga Peixoto; os oradores sacros Antônio de Sá e Eusébio de Matos; os historiadores Vicente do Salvador e Rocha Pitta e o diplomata e homem de estado Alexandre de Gusmão. (Rio Branco, "Obras", VIII, "Estudos Históricos", Rio de Janeiro 1948, 78; — Tradução do "Le Brésil em 1889... Avec collaboration de nombreux écrivains du Brésil sous la direction de M. de Santa-Anna Nery, Paris 1889, 149, cit. por B. Duhr, "Pombal", 1891, 151). — Ver também Con. João Pedro Gay, "História da República Jesuítica do Paraguay", Rio de Janeiro, 253 ss. e 2.^a edição anotada por Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, 1942, 344 ss.).

Serafim Leite completa essa gloriosa galeria com mais alguns desses ilustres discípulos a começar pelo nome do P. Antônio Vieira, no Colégio da Baía, e um século depois, os da "Escola Mineira", acima já mencionada, mais Tomaz Antônio Gonzaga, Eusébio de Matos Guerra, Manuel Botelho de Oliveira e Pedro Taques. (Leite, VII, 172 s.).

Adicionemos a essa relação de opiniões a que escreveu AFRÂNIO PEIXOTO, aliás suspeito por sua nímia amizade aos filhos de Santo Inácio: "Eles (os Jesuítas) se bateram, do primeiro ao último dia, até serem expulsos, de 1549 a 1759, por esses três ideais que são o fundamento mesmo da nacionalidade, que nos desejaram e ajudaram a fundar, no que puderam: boa imigração européia, liberdade dos naturais, identidade moral de todos. E não apenas o tráfico e a exploração, o governo e o fisco da Metrópole; mas um espírito nativista, educando na ciência, nas letras, na moral, a gente, para amar a terra, o brasileiro para suscitar, enfim, o Brasil. Até mais, com Vieira, já a autonomia econômica, de onde viria a independência política: "tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil se há-de gastar". (Publicação da Academia Brasileira II — História. — "Cartas Jesuíticas", I, Manoel da Nóbrega. Cartas do Brasil 1549-1560 — Pala-

vas da "Nota Preliminar", 8, repetidas em INDES (Indicações Literárias), vol. XXIV, Rio de Janeiro 1947, 24).

Por fim, o conhecido homem de letras, VILHENA DE MORAIS, confirma os pareceres anteriores com este período: "Êles (os Jesuítas), com efeito, os que criaram e quase que exclusivamente mantiveram por duzentos anos o ensino público entre nós; êles os que deram à poesia, à crônica, à história, à filosofia, à eloquência os seus mais antigos representantes num país ainda imerso, pode-se dizer, nas trevas da barbárie; êles os únicos que na antiguidade estudaram o idioma dos selvagens; êles os que reduziram à forma métrica, aplicando-o de par com o português e o castelhano, as primeiras composições do gênero dramático; êles, finalmente, os que tiveram a glória de presidir à formação intelectual dos nossos mais notáveis escritores dos séculos XVII e XVIII". ("Qual a Influência dos Jesuítas em nossas Letras? Memória..." Por Eugênio Vilhena de Moraes, 1914, 48-49).

Posto isso, — ainda no caso de admitirmos, sem dificuldade, haver exagêro nos depoimentos expostos quanto ao mérito da Companhia de Jesus no Brasil, — perguntemos: "Que vantagem trouxe ao Brasil, então principal colônia de Portugal, despojá-lo de tão eminentes e numerosos obreiros?" A resposta nô-la dá inexorável a História dos dois últimos séculos. "Que imenso prejuizo, êsses mais de seiscentos professôres e administradores, ao Brasil, dêles sempre escasso!" exclama Afrânio Peixoto.

Os mais duramente atingidos pela expulsão da Companhia, foram incontestavelmente os índios vendo-se privados dos seus únicos defensores de dois séculos. Di-lo muito bem Serafim Leite: "Quando o Marquês de Pombal, com a perseguição que lhes moveu (aos Jesuítas), no século XVIII, se viu, excluídos os Padres, a braços com o problema indígena brasileiro, julgou resolvê-lo decretando a sua emancipação legal. Generosidade? Medida política acertada? As consequências desastradas, que teve, demonstraram que foi antes desconhecimento das realidades e, portanto, simpleza. Os índios, entregues a si próprios, numa liberdade e igualdade legal, mas fictícia, ficaram, de fato, à mercê dos colonos. E em breve os que escaparam da escravatura, efetiva ou disfarçada, fugiram para o sertão. Com o fim de os atrair novamente ao convívio civilizador, foi necessário voltar ao método jesuítico. O Governo Português, com o intuito de assegurar e proteger essa volta, declarou-os, em 12 de maio de 1789, em estado de "menoridade". E, ainda depois da inde-

pendência do Brasil, e até mesmo neste século XX, apesar de todos os progressos atuais, não se procede de outra forma com os índios encontrados hoje na selvas do Amazonas e Mato Grosso". (Leite, II, 82-83; — Alfredo Russel, "Os Jesuítas, Papel que lhes coube no devassamento do Território Nacional", tese oficial, Rio, 1914, 253-270).

Já antes de Serafim Leite, em 1914, havia escrito Hafkemeyer: "O Ministro (Pombal) preparava maiores golpes no segrêdo do seu gabinete. Aos 13 de setembro de 1757 publicaram-se dois decretos. O primeiro proibia aos Jesuítas a administração temporal dos aldeamentos de índios no Maranhão, e o segundo declarava livres todos os índios da América Portuguesa. O resultado dêstes decretos foi a destruição das Missões. Tirados os missionários da administração dos índios, não havia quem lhes tomasse o lugar, e decretar a liberdade dêles não era outra coisa senão entregá-los à discricção dos brancos". (Hafkemeyer, "A Supressão da Companhia de Jesus", Petrópolis 1914, 37).

O P. Fernando de Macedo, S.J. em "O Brasil Religioso", trabalho apresentado ao "Quinto Congresso Brasileiro de Geografia", Bahia 1920, 53, citando ao Dr. Nelson de Senna, escreve: "Pena, e grande, causa ao nosso espírito avaliar o formidável e danoso retrocesso operado na civilização brasileira, no século dezoito, com a expulsão dos Jesuítas de nossas plagas, onde, desaparecido que foi o Missionário, se aniquilou por completo a catequese cristã e mais de um milhão de índios, seguramente, deixou de se incorporar no grêmio nacional sob o amparo da lei social e cristã".

O semiagnóstico Alexandre von Humboldt, tendo visitado meio século depois da saída dos Padres as Missões do Norte do Brasil, escreveu algures, pesaroso: "Não deveriam ter expulsado os Jesuítas, ou ao menos não deveriam ter suprimido seus métodos entre os índios".

O P. Carlos Borromeu Ebner CPPS, Rio de Janeiro, numa carta particular ao autor, assim se manifesta, com relação às abandonadas Missões do Xingú, que conhece a fundo: "Com a introdução do "Diretório" de Pombal, de 1758, ficou abolida a administração da florescente missão dos Jesuítas e introduzido o regime da assim chamada catequese leiga. Após a expulsão dos missionários Jesuítas houve falta de sacerdotes seculares no Xingú. Também para aqui o Governador Mendonça Furtado achou uma solução: soldados aposentados, professôres de escola primária e serventes da chancelaria, sem a necessária preparação, foram ordenados sacerdotes pelo bispo Bulhões, servidor da Coroa português-

sa. Em breve apareceram as conseqüências: os índios, aparentemente livres da escravidão jesuítica, fugiram voltando para a mata virgem e as outrora tão florescentes aldeias indígenas se arruinaram cada vez mais. Uma outra dificuldade no trato se revelou pela forçada adoção do português entre os índios. Até então os Jesuítas haviam cultivado a cultura e o idioma dos nativos, o que ficou abolido pela nova legislação. Futuramente apenas o português era permitido oficialmente e nas igrejas e escolas. Com essa legislação ficou destruída toda a cultura indígena, telúrica, e o índio, condenado ao incômodo de uma língua desconhecida para ele, houve de retirar-se para o desconforto da floresta. Outrossim, a música e o teatro, cultivados tão brilhantemente pelos Jesuítas entre os seus catecúmenos, caíram em completo olvido".

Do General RAUL SILVEIRA DE MELLO, "História do Forte de Coimbra", 1500 a 1718, transcrevemos da página 157 estes tópicos: "Veja-se o que diz Southey, de família protestante e feroz adversário da Companhia de Jesus. Este autor teve em mãos os documentos portugueses e castelhanos do momentoso debate sobre a expulsão dos jesuítas, e não pôde calar a palavra de louvor que cabia a êsses grandes e abnegados missionários, como apóstolos dos índios e propugnadores de sua liberdade.

"Southey parece até contraditório. Malsina a Companhia de Jesus, mas presta rasgado elogio aos jesuítas, como se fôsse possível a uma árvore má produzir bons todos os seus frutos. "Da extravagância e a loucura, diz êsse autor, se originara a Companhia de Jesus; durante o seu progresso haviam-na sustentado a fraude e a mentira; e a sua história mancham-na as ações mais negras. Mas sucumbiu com honra. Nunca houve homens que com maior equanimidade se portassem sob não merecida desgraça, e foi a extinção da Ordem grave perda para a literatura, grande mal para o mundo católico, e irreparável dano para as tribos sul-americanas". (Southey "História do Brasil", VI, 210). Completa Silveira de Mello seu pensamento com êste conceito: "Se os colonos daqueles tempos, que se diziam cristãos — houvessem respeitado o magnífico trabalho inaciano e não lhe pusessem estorvos; se as autoridades garantissem suas realizações; bastava isso para que êles salvassem da barbárie e incorporassem à cidadania hispano-portuguêsa, milhões de índios". (pág. 155).

No concernente às conseqüências para nosso indígena, ouçamos mais uma vez o insuspeito Southey em sua Histó-

ria do Brasil, infelizmente facciosamente anotada pelo Con. Dr. J. C. Fernandes Pinheiro, no que se refere à Companhia: "Sôbre êste ponto (do que aconteceu após a retirada dos Jesuítas do Maranhão e Pará), são concludentes e incontestáveis as provas. Temos o testemunho de Condamine a respeito do estado florescente das aldeias pouco antes desta mudança, testemunho maior de tôda exceção e insuspeito de qualquer inclinação a favor dos Jesuítas; e temos o depoimento do Bispo do Pará, D. Frei Caetano Brandão, que uns 25 anos mais tarde visitou tôda a sua extensa diocese. Descreve êle as vilas e lugares como mostrando ainda, no meio da sua decadência e tristeza, o que haviam sido e quanto tinham prosperado no tempo dos missionários; caídas aos pedaços as casas, campos cobertos de mato, erva nas praças dos mercados, em ruínas os fornos de cal, as olarias, as fábricas de chitas (que também as tinham os Jesuítas). Deixara-se Sebastião de Carvalho cegar pelo desprezo que inspirava a superstição, e pelo ódio que votava à obnoxia Companhia. Queria civilizar os índios e pô-los a par dos Portugueses, e foi privar-se das únicas pessoas que para tal fim podiam cooperar com êle, das únicas pessoas que desinteressadamente promoveriam o adiantamento e a felicidade dos índios, as únicas que pelo amor de Deus se votariam d'alma e coração ao serviço do próximo. A elas se substituíram homens que pelo amor ao ganho aceitaram o emprêgo, e a todos os respeitos foram perniciosas as imediatas conseqüências". (Southey, "História do Brasil", Rio de Janeiro, 1862, VI, 113-114; Leite, VII, 326-329).

A segunda conseqüência no-la aponta AFONSO DE E. TAUNAY em sua "História da Cidade de São Paulo no século XVIII": "Cabia a educação da mocidade em terras brasileiras exclusivamente então à Companhia, em cujas aulas, únicas, no abandono em que a instrução pública vivia, ensinavam abalizados professôres primeiras letras, música, filosofia e retórica, gramática latina, rudimentos de matemática, teologia dogmática e especulativa e moral". (Vol. II, 1765-1801, 2.^a parte, cap. XVII, 119). E mais adiante: "Enxotados os Jesuítas, com isto imenso sofreu a instrução secundária no Brasil, são unânimes os autores em avançar". E Taunay corrobora sua opinião com uma frase categórica do Visconde de São Leopoldo: "A expulsão dos Jesuítas abandonou à ignorância as capitânicas do Brasil". (Op. cit., 123). Perfilha a mesma idéia Pedro Calmon, em sua "História Social do Brasil" (terceira ed., S. Paulo, 1940, 132) e ainda J. E. Martins Terra, que assim se externou na "Brotéria", em

1957, N.º 1, 66-67: (depois de 1759) "o Brasil levaria muito tempo para se recuperar. Somente um século e meio depois da expulsão dos Jesuítas se criaria a primeira Universidade do Brasil". E "se êstes Colégios se não destruíssem no vendaval de 1759 seriam hoje, com a inelutável evolução dos tempos e das ciências, e com a riqueza insigne das suas bibliotecas, outras tantas Universidades de renome, como as muitas que a Companhia atualmente dirige na Europa, Ásia e América". (Leite, revista "Verbum", Rio de Janeiro, 1948, 143).

Já se vê que com o exílio da Companhia, forçosamente se desorganizaria a instrução, já pela falta de idoneidade dos substitutos dos antigos mestres, já pelos novos métodos antipedagógicos impostos. Com isso não tardaram a desaparecer essas escolas "como estabelecimentos inúteis". (Leite, IV, 278, citando Palma Muniz, "A Instrução Pública no Pará", Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1922, II, 138-139). *

O P. Leite assinala ainda um terceiro efeito pernicioso proveniente do destêro dos Jesuítas. Desbarataram-se as melhores e mais ricas bibliotecas da época colonial, que haviam contribuído eficazmente para elevar o nível cultural de dentro e fora das comunidades religiosas. No Colégio do Maranhão havia 5.000 volumes, no do Pará, mais de 2.000. Somando as casas tôdas do Maranhão e Pará, pelos inventários se computaram 12.000 volumes. (Leite, IV, 289). Na biblioteca do Colégio do Rio estavam catalogados 6.000 exemplares; e no da Bahia andavam pelos 15.000 (Pedro Calmon, "História Social do Brasil", São Paulo 1940, 3.ª ed. 132; Leite, IV, 289-290).

Pois tôda essa riqueza, em parte foi parar em mãos de particulares, em parte absorveram-na bibliotecas públicas,

*) Como confirmação do que acaba de ser relatado, Serafim Leite transcreve no volume V, página 487 as pitorescas expressões do autor das "Revoluções de Pernambuco", na Rev. do Inst. Pernamb. N.º 29, 1884, p. 81: O Ministro Pombal "regalou os Pernambucanos com uma boa meia dúzia de Professôres escolhidos pela sua Mesa Censória e altamente encarregados de ensinar com esmero as três faculdades seguintes: 1.ª, a tremer, e estremecer e obedecer ao Marquês; 2.ª, a ler e escrever alguma coisa; 3.ª, a verter para o Português uma lição do Breviário Latino. Tais foram as ciências que o Marquês julgou mais que suficientes para que os Nobres Pernambucanos não fôsem iguais aos seus próprios escravos". O remédio eficaz só veio quando a vida retomou o curso normal, no tempo de D. Maria I, a Libertadora.

como ainda boa quantidade ficou irremediavelmente perdida. (Leite, V, 94). Tem sido essa a triste sorte das numerosas livrarias jesuíticas destes 4 séculos de existência. (Leite VI, 28).

Não nos podemos furtar ao prazer de consignar aqui ainda um valioso testemunho do festejado escritor lusitano FIDELINO DE FIGUEIREDO (em "O Dia", Lisboa 4-4-1922) que Serafim Leite traz como epígrafe do Prefácio ao seu V Volume: "Na colonização e evangelização do Brasil, os Missionários Jesuítas foram inesquecíveis auxiliares da Coroa. Eles catequizaram os índios selvagens, defenderam a justiça e a caridade cristã da cúpida ambição dos colonos, e instalaram na alma das populações aquêlê ardente patriotismo com que elas, quase a sós com os seus poucos recursos, se defenderam da invasão e conquista de estrangeiros. Sem a influência pacífica, mas profunda, dos Jesuítas, os Brasileiros não teriam herdado dos seus maiores, em 1822, o império opulento, que é o seu orgulho e a glória de Portugal. Isto reconhecendo, os eruditos brasileiros, que em 1914 celebraram o Congresso de História Nacional, do Rio de Janeiro, lembrando-se do restabelecimento da Companhia por Pio VII um século antes, aprovaram por unanimidade e na presença do Govêrno e do Presidente da República Hermes da Fonseca, um voto de calorosa gratidão".

Ultimando êste capítulo, demos ainda a palavra a um sacerdote e a um leigo. Escreve Mons. Silveira Camargo na sua mencionada História Eclesiástica do Brasil: "As consequências da expulsão dos Jesuítas foram dolorosas. Podemos concluir: as próprias povoações do sul caíram em ruínas. Os índios voltaram à vida selvagem. As aldeias do Amazonas despovoaram-se... Segundo o Visconde de São Leopoldo, inaugurou-se um período de terrível ignorância em nossa terra, do norte ao sul. Pombal, na frase de Southey, será mais lembrado pelo mal que fêz do que pelo bem que desejava ter feito". (Mons. Camargo, 250).

Por fim, EDUARDO PRADO, em sua afamada conferência proferida no 3.º Centenário da morte do P. Anchieta, em São Paulo, no dia 20 de agosto de 1896, pronunciou estas frases, que já passaram a ser clássicas:

"Preparava Pombal o golpe da expulsão dos Jesuítas dos domínios portugueses, ato que foi para o império ultramarino português outro Alcácer-Quibir, como o do século XVI para o reino lusitano. Com a expulsão dos Jesuítas, no século passado, a civilização recuou centenas de léguas dos

centros do Continente Africano e do Brasil. As prósperas povoações do Paraná e do Rio Grande (podemos acrescentar de toda a Colônia Portuguesa) caíram em ruínas; os índios volveram à vida selvagem; as aldeias do Amazonas despovoaram-se e até hoje reinam a solidão e o deserto onde já havia a sociabilidade humana. Em nossos dias a bandeira de Inglaterra, da Alemanha, da Bélgica ou da França tremulam em África sobre as ruínas de edificações religiosas, num solo que seria português, se não tivessem sido largadas ao abandono e votadas ao extermínio aquelas terras onde, pelos missionários, dominava Portugal". (Eduardo Prado, "Colectâneas", São Paulo, 1906, IV, 94-95).

Pelo que até aqui ficou exposto, ter-se-á convencido o leitor imparcial: 1.º que a soma de benemerência da Companhia de Jesus, nos mais diversos setores, é enorme, impagável por nós brasileiros; e 2.º que a responsabilidade perante a Nação Brasileira de quem entrou e mesmo parcialmente destruiu essa ação multiforme é muito grave e, em parte, mesmo, irreparável.

No entanto, não está de acôrdo com esse parecer o maior apologista na atualidade da obra de Sebastião José de Carvalho e Melo, nosso patrício Marcos Carneiro de Mendonça. Num artigo, intitulado "Efemérides Jesuítas-Pombalinas do Brasil", publicado no Jornal do Comércio, do Rio, em 18-11-1959, tendo relatado alguns bons serviços prestados pelo Ministro onipotente de D. José I à nossa Pátria, pondo em confronto o que fizeram Pombal e a Companhia de Jesus, escreve isto: "naqueles dois séculos (XVII e XVIII), o volume das contribuições favoráveis ao Brasil e aos brasileiros pende em favor do Gabinete Pombal e não da Companhia de Jesus"... E logo mais adiante: "Constituídos êsses esquemas ou organogramas, de elementos numérica e qualitativamente desiguais, em relação ao volume das contribuições por todos êles prestados ao progresso e à defesa do Brasil, não encontro, na análise dos mesmos, base de onde tirar conclusões que não sejam nitidamente favoráveis ao primeiro (Pombal) e, conseqüentemente, desfavoráveis ao segundo (Companhia de Jesus)".

Se Carneiro de Mendonça, — lembrado sempre do velho rifão latino: "Tantum valet auctoritas, quantum argumentum", nos puder provar que os benefícios prestados ao Brasil pelo Marquês de Pombal superam larga e vantajosamente os males que nos causou, seremos o primeiro a oferecer a mão à palmatória.

CAPÍTULO VIII

A VINGANÇA DOS JESUÍTAS

Diversos autores atribuem a Pombal esta frase: “E contudo, ela (a Companhia de Jesus) voltará”. Profecia? Expressão de terror?

Vejam os que nos consigna a história a esse respeito. Por uma providência toda singular, a cismática Catarina II, Imperatriz da Rússia (1762-1796), opondo-se obstinadamente à dispersão dos Jesuítas da Rússia Branca, conseguiu de Clemente XIV a permissão tácita de eles continuarem naquele Império em seu “statu quo”. Tratava-se de 175 indivíduos, ocupados na educação da mocidade. Pio VI não só o confirmou como ainda aprovou a ereção de uma casa de provação para a admissão de novos religiosos. E Pio VII, em 7-III-1801, aprova e confirma a existência legal da Companhia na Rússia; felicita a eleição do novo Geral; estende a aprovação para as Duas Sicílias, e, por fim, tendo regressado triunfalmente do cativeiro napoleônico, encorajado vivamente por seu fiel companheiro de prisão e hábil Secretário de Estado, Cardeal Pacca, em 7 de agosto de 1814, restabelece pela Bula “Sollicitudo omnium Ecclesiarum” a Companhia de Jesus em todo o orbe católico.

E Portugal? Também para lá voltaram os Jesuítas, porém em circunstâncias jamais sonhadas por seu grande perseguidor. Mal D. José I entregara sua alma a Deus em 24-II-1777, com ele se apagou a estrêla do homem que durante mais de um quarto de século mantivera sem fôlego aquela nobre Nação. Astuto como era, solicitou Carvalho à nova Soberana exoneração de todos os seus cargos. Não só foi atendido imediatamente, como ainda desterrado para a sua propriedade, o marquizado de Pombal, recebido de presente de D. José. Dos milhares de prisioneiros que o velho estadista conservara enclausurados nas prisões, saíram ainda vivos uns 800, entre eles 60 Jesuítas, após 18 anos de sofrimentos.

E como se vingaram do seu algoz? Apenas exigiram da Rainha, — que mandou erguer logo a mais linda igreja de Lisboa, a Basílica da Estrêla, em desagravo ao Sagrado Coração de Jesus pela ofensa da extinção da Companhia, — uma revisão do processo que os condenara. Mas foram tantos os clamores contra o velho Ministro, que D. Maria houve de instaurar um demorado e minucioso processo, em que Pombal foi sujeito a rigoroso interrogatório. Por fim, em

16-VIII-1781, era êle declarado réu e incurso em graves crimes, e merecedor de exemplar castigo. "No entanto, interveio a clemência da Soberana, em face de um velho decrépito, afetado de graves moléstias, e que, além disso, havia confessado os seus delitos e impetrado perdão". (Dom Miguel Sotto-Mayor, "O Marquez de Pombal, Exame e História da sua administração", Pôrto 1905, p. 586).

Acêrca do que aconteceu logo a seguir, demos a palavra ao historiador protestante C.T. Murr, muito bem informado sôbre os sucessos em Portugal, na sua "História dos Jesuítas no Ministério do Marquês de Pombal", nova edição correta por J.B. Hafkemeyer, Pôrto Alegre 1923, p. 221 s.

"Poucos dias após a publicação do documento, o filho do estadista exprimia à Reinante o seu mais profundo agradecimento pela compaixão demonstrada, poupando o seu progenitor. Decorridos nove meses, Carvalho expirou no castelo de Pombal. Seu filho pediu permissão de transladar o corpo para Lisboa; mas o Conde de Vilanova de Cervera, sucessor imediato de Sebastião na Secretaria de Estado, respondeu-lhe nos termos seguintes: "Sua sentença pronunciou-a vosso pai em pessoa quando, ainda vivo, negou-me licença de transportar os restos mortais do meu pai falecido na prisão, sem saber o motivo do encerramento. Alegava não ser permitido trazer cá, a fim de receber a inumação, ao infeliz que, fora da Capital, morria na desgraça do Soberano. Êste foi o modo de ver do Marquês, vosso pai, e é o meu no concernente ao pedido que me fazeis".

Afortunadamente, o velho pecador encontrou ao seu lado, nos derradeiros dias da sua dolorosa doença, seu amigo e favorito, o bispo de Coimbra, que lhe administrou os derradeiros Sacramentos, conforme consta na citada obra de Sotto-Mayor, p. 614. Enquanto se decidia na Côrte o destino do morto, ficou êste esperando num rico esquife a um canto da igrejinha de Santo Antônio, em Pombal. Também as reiteradas tentativas de ao menos sepultá-lo no seu condado de Oeiras, ficaram frustradas. Em Pombal o encontraram, ainda em 1805, os dois Jesuítas Grassi e Korsack, que por ali passaram em demanda da China, após terem estudado clandestinamente astronomia em Coimbra. (Koch, "Jesuitenlexikon", 1452). Sobreveio em 1808 a invasão francesa em Portugal. Transitando parte dessas fôrças por Pombal, foram perturbar o sono do morto. E' o historiador Gomes na sua obra "Le Marquis de Pombal", p. 370, que no-lo descreve horrorizado: "Alguns miseráveis penetraram na igreja de Santo Antônio, despojaram o esqueleto do Marquês dos seus

hábitos, de sua espada e de suas esporas, e dispersaram a ossada pelo chão da igreja”. Só tempos depois, alma piedosa recolheu religiosamente aquêles ossos em novo caixão de madeira, cobrindo-o com um pano preto.

E lá ficou nosso homem a esperar. A quem? Aquêles dos quais êle profetizara que voltariam. Essa volta, no entanto, não foi fácil. D. João VI, neto de D. José I, persistiu na recusa de readmitir a Companhia até a sua morte, ocorrida em 10-III-1826, tendo sido êle o único Soberano que protestou contra o restabelecimento feito por Pio VII. Mas quando subiu ao trono português D. Miguel, começaram a soprar outros ventos. Sua mãe, D. Carlota Joaquina e seu primeiro ministro, o duque de Cadaval, simpatizavam com o regresso da Ordem de S. Inácio e se puseram em comunicação com o Provincial dos Jesuítas franceses. Em 10 de julho de 1829, expediu-se decreto régio que restabelecia a Companhia no Reino. Em 13 de agosto arribavam, via Madrid, os primeiros seis padres, acompanhados de dois irmãos leigos. Haviam decorrido justamente 70 anos desde o decreto da expulsão pombalina de 3-IX-1759. (Apêndice do Catal. Prov. Lusitanae dispersae, 1924).

Querem saber quem mais se alegrou com essa volta? Os netos do velho Pombal, o novo marquês de Pombal e sua irmã D. Francisca Saldanha, condessa de Oliveira. Esta, apenas soube da chegada dos padres a Lisboa, se apresentou comovida, manifestando-lhes a sua dor pela perseguição provocada contra êles por seu avô. E, ajoelhando-se, implorou humildemente a sua bênção como penhor de perdão. E foi ainda ela, a neta de Pombal, a primeira a pedir matrícula para seus sete filhos no futuro colégio da Companhia. Do mesmo modo, o jovem marquês pôs todo o empenho para levar ao olvido o mal causado pelo avô aos Jesuítas. Êstes, dedicando-se nos primeiros tempos à cura de almas e ao ensino, por fim, em 9-I-1832, foram informados que D. Miguel mandava entregar-lhes o antigo Real Colégio de Artes, em Coimbra, para a educação da juventude.

Encaminhando-se para lá, tomaram a estrada que parte de Lisboa para o Norte. A 42 quilômetros ao Sul de Coimbra, entrando numa vila, encontraram-na em festa, tôda embandeirada, sendo os padres recebidos com indisfarçáveis demonstrações de júbilo com repicar de sinos e pipocar de foguetes. O guardião dos Padres Franciscanos conduziu ao P. Delvaux, superior dos Jesuítas, à igreja de Santo Antônio, onde estavam ainda esperando aquêles dias os restos mortais de Sebastião José de Carvalho e Melo. Apontando para o po-

bre caixão, disse o Franciscano ao Jesuíta: "Ali, naquele esquife descansa êle". ÊLE, outrora tão grande, e agora? O P. Delvaux, profundamente emocionado, pediu licença para celebrar ali mesmo, diante daquelas cinzas, missa de réquiem pela alma do homem que mais dano havia causado à Companhia de Jesus.

"Não sei traduzir os sentimentos experimentados quando ofereci o sacrifício da expiação pelo descanso da alma de Sebastião Carvalho, marquês de Pombal, corpore praesente", — escreve êle próprio ao seu Provincial na França. (Documents inédits concernant la Compagnie de Jésus, publiés par le P. Aug. Carayon S. J., 1863, vol. X, p. 18; Rudolf Marty, S. J. em "Stimmen aus Maria Laach", 1873, vol. IV, 409-410; Lamanche, "Histoire", p. 92 ss.; A. Weld, "The Supression", p. 283; P. Moritz Thomann, op. cit., 101-102; Murr-Hafkemeyer, 222; P. Lesmes Frias, "Historia de la Compañía de Jesús en su Asistencia moderna de España, tomo segundo, vol. prim., 557; Sotto-Mayor cit., 592).

Êste último autor faz suas as palavras de Paul Féval (Jesuítas, t. II, 144-145 da versão portuguesa): "Excavando a História da Companhia de Jesus tão proverbialmente vingativa, conforme o sentir de certa literatura, que a esquarteja para vendê-la aos pedaços à voracidade dos afreguezados, só se me deparou êste exemplo bem característico da "vingança dos Jesuítas." (Sotto-Mayor, 592-593).

Tendo mudado os tempos, só no reinado de D. Pedro V, em 1856, puderam por fim ser trasladados a Lisboa os despojos do Marquês, que, após pomposas exéquias, acharam seu derradeiro descanso na capela das Mercês. (Ibid. 593).

Como curiosidade final, podemos acrescentar que, ao tempo da nossa estada em Portugal, antes da nova perseguição, prisão, encarceramento e expulsão da Companhia em outubro e novembro de 1910, conhecemos pessoalmente ao bom e virtuoso P. Alexandre Castelo, cujo nome completo era Alexandre de Azerêdo Coutinho Cardoso Castelo, nascido em 12-IV-1858. Era tri-neto do 1.º Marquês de Pombal, pelo lado materno, bisneto de D. Maria Amália de Carvalho Daun; neto de D. Isabel de Saldanha de Oliveira Daun; filho, por fim, de D. Maria Constança Amália da Piedade Coutinho Pereira de Seabra de Sousa e Daun. Tirado do livro de Luís Moreira de Sá e Costa, S. J., intitulado "Descendência dos 1.ºs Marqueses de Pombal, Pôrto, 1937, onde até essa data se enumeravam 33 descendentes de Pombal que haviam abraçado a vida sacerdotal — um até tornou-se bispo — e dois jesuítas, e religiosas em diversos conventos. Sa-

bendo todos nós quanto a triste história do seu ancestral o magoava, por caridade, estando presente o P. Castelo, nunca se tocava nesse assunto. Desterrado da sua ingrata Pátria em outubro de 1910, veio para o Brasil, onde fundou o florescente Colégio de Antônio Vieira, na cidade do Salvador. Por motivo de saúde houve de regressar pesaroso para a Europa, vindo a falecer aos 79 anos de idade e 60 passados santamente na Companhia de Jesus, tão mal compreendida por seu infeliz trisavô. (Ib. 404-411). Mas não deixa de ser curioso que Sebastião José de Carvalho e Melo tenha chegado a "dar sangue" a Jesuítas em seus descendentes.

Pôrto Alegre, aos 3 de novembro de 1960

ABSTRACT

The present pamphlet is a contribution to the *bicentenary of the expulsion of the Jesuits from Brazil, 1760*. As this whole series of events centers around Sebastião José de Carvalho e Melo, better known under the name of Marquês de Pombal, the author devotes the greater part of his lucubrations to this genuine representative of the "age of enlightenment"; the first beginnings, the character, and the general politics of Pombal are described mainly from the reports of the imperial ambassadors of Austria. The recklessness of Pombal's methods and the weakness of José I., king of Portugal, soon gave all power into the hands of the omnipotent prime minister.

It is not easy to say why Pombal, from a friend of the Jesuits he was in his first stages, became the worst enemy this Order ever had. According to the author, there are at least seven recognizable reasons of Pombal's change of mind towards the Jesuits, which led not only to their expulsion from Portugal and its colonies (1760) but in common action with Spain, France, Sicily and Parma, to the total suppression of the Order in 1773; most of these reasons are heavy calumnies, if not groundless and downright ridiculous imputations: The Jesuit had opposed armed resistance to the transmigration of the Seven Peoples from Rio Grande do Sul to beyond the River Uruguay; the Jesuit had withheld their secret fore-knowledge of the earthquake of Lisbon (1753) obtained by revelation (!) thus causing the death of tens of thousands of people; the Jesuit had taken spiritual part in the plot against the life of José I. With great ability, these and similar calumnies were circulated, by Pombal and his adepts, through the whole of Europe.

According to the law of expulsion, 1.091 Portuguese Jesuits were put, without resources of any kind, on the shore of the Pontifical State, as a "present for the Pope", as Pombal sarcastically put it. Most of the non-Portuguese Jesuits were thrown into the terrible dungeons near the mouth of the Tejo where during 18 years of imprisonment, out of 594 only 60 survived the final fall of their persecutor.

The suppression of the Society of Jesus, which in 1773 counted 22.589 members, was a catastrophe for the Catholic

Church. Nearly 700 colleges and universities lost their teachers; the flowering missions among the pagans of all continents were destituted of their priests; the Holy See, put under heavy pressure by Pombal and his allies, sacrificed its most faithful defenders; the enemies of the Church, after having crushed their most redoubtable opponent, went on a general attack culminating in the French Revolution of 1789.

The expulsion of the Jesuits proved particularly funest to Portugal and its ultramarine possessions. Among the Portuguese colonies most heavily hit by Pombal's hate against the Society of Jesus, was Brazil. After the banishment of about 600 Jesuits, 11 colleges and universities, 8 seminaries, 53 houses dedicated to the cure of souls, and 65 missions among the indians were left to their fate.

The heaviest blow fell upon the christian indians. Without their priests, teachers and born defenders, most of them fell under the slavery of the white colonists, or returned to their ancestral wilderness, where they went to wreck and ruin.

The most important Brazilian historians are unanimous that the Jesuits must be credited the following contributions to the foundation of this country: They had an important share in the foundation of the three most outstanding historical towns: Bahia, S. Paulo, Rio de Janeiro; they were very active in preserving the geographical, religious and linguistic unity of the new nation; they upheld the united forces of the early colony against the French and the Dutch invaders; they always and in all occasions were the uncompromising defenders of the liberty of the aborigines; they saved, from the very beginning, the christian standards of morality among the immigrants; they were the first promoters of science, especially geography and ethnology; and they introduced most of the European handicrafts into the newly discovered countries.

After the expulsion of the Jesuits, most of the missionary stations were abandoned or insufficiently occupied; the whole school system went into pieces; the valuable libraries were dispersed or lost — in one word: Religion, Culture, and Civilisation suffered an havoc so terrible that its consequences are lasting until to-day. Seen from this standpoint, Pombal was the worst enemy Brazil ever had.

ZUSAMMENFASSUNG

Vorliegende Arbeit behandelt die Vertreibung der Gesellschaft Jesu aus Brasilien im Jahre 1760. Sebastião José de Carvalho e Melo, besser bekannt unter dem Namen Marquês de Pombal,

wohl der erbittertste Feind des Jesuitenordens, den es je gegeben hat, steht in der Mitte aller Ausführungen. Der Verfasser schildert den Aufstieg dieses Mannes aus kleinen Anfängen bis zum allgewaltigen Minister des schwachen Königs José I. von Portugal. Er stützt sich dabei vornehmlich auf die Berichte der kaiserlichen Gesandten in Lissabon an den Wiener Hof.

Infolge verschiedener Ereignisse wurde Pombal von einem bitteren Hasse gegen die Jesuiten erfüllt, der schliesslich zur Vertreibung aller Mitglieder dieses Ordens aus Portugal und dessen Besitzungen führte (3.9.1759). Darüber hinaus gelang es Pombal, durch Bündnisse mit Spanien, Frankreich, Sizilien und Parma dem Papst Klemens XIV. die allgemeine Aufhebung des Ordens abzutrotzen (1773). Welche Gründe bewogen den in seinen Anfängen der Gesellschaft gewogenen Mann zu solchem Vorgehen?

Der Verfasser führt im ganzen sieben Gründe, oder vielleicht genauer, Vorwände an, die Pombals Verhalten bestimmten: Der Widerstand der Jesuiten gegen die Vertreibung der sogenannten Sieben Völkerschaften aus dem heute brasilianischen Staate Rio Grande do Sul; die Verheimlichung des furchtbaren Erdbebens von Lissabon (1.11.1755), von dem die Jesuiten angeblich durch Offenbarung wussten (!); die vermeintliche Teilnahme an dem Mordanschlag auf König José I.; und andere mehr, bei denen man den bösen Willen mit Händen greifen kann. Pombal liess diese Verleumdungen in Schmähchriften durch ganz Europa verbreiten. Laut des Verbannungsdekretes wurden 1091 portugiesische Jesuiten mittellos an der Küste des Kirchenstaates an Land gesetzt, während beinahe alle Ausländer in die Verliesse der Festungen an der Tajomündung geworfen wurden; nach 18 Jahren waren von 594 nur noch 60 am Leben.

Die Aufhebung des Ordens, der damals 22.589 Mitglieder zählte, wirkte sich für die katholische Kirche höchst verderblich aus. Fast 700 Mittelschulen und Universitäten verloren ihre Lehrer und wurden vielfach recht mangelhaft besetzt; die blühenden Missionen unter den Heiden aller Erdteile wurden ihrer Missionare beraubt; der Heilige Stuhl opferte seine treuesten Vorkämpfer; die Feinde der Kirche, ermutigt durch ihren Sieg über ihren stärksten Gegner gingen nun zum allgemeinen Angriff vor, der in der französischen Revolution von 1789 gipfelte.

Besonders für Portugal und seine Kolonien bedeutete die Verbannung der Jesuiten einen tödlichen Schlag. Der Verfasser beschränkt sich wesentlich auf die Nachteile, die Brasilien aus der Vernichtung der Gesellschaft Jesu erwachsen. Mit der Ausweisung der gegen 600 Jesuiten wurden 11 höhere Lehranstalten, 8 Priesterseminare, 53 der Seelsorge gewidmete Niederlassungen und 65 Missionsstationen geschlossen.

Am härtesten wurden die christlichen Indianer von diesem

beispiellosen Sieg der Kirchenfeinde betroffen. Ohne ihre Priester, Lehrer und geborenen Verteidiger verfielen sie grossenteils wieder der Knechtschaft der Weissen, oder flohen zurück in die Wildnis, wo sie zum grössten Teil verkamen und ausstarben.

Die bedeutendsten Historiker Brasiliens sind sich einig, den Jesuiten folgende Hauptverdienste für das Land zuzuschreiben: Grossen Anteil an der Gründung der drei wichtigsten Städte, Bahia, S. Paulo und Rio de Janeiro; Bewahrung der geographischen, religiösen und sprachlichen Einheit des Landes; tatkräftige Hilfe bei der Vertreibung der französischen und holländischen Eindringlinge; unerbittlichen Kampf für die Freiheit der Eingeborenen und für die Sittlichkeit der Einwanderer; Förderung der Wissenschaften, zumal der Geographie und Völkerkunde; Einführung beinahe aller Handwerke. Nach dem Abzug der Jesuiten blieben die meisten Missionsstationen verwaist oder unzureichend besetzt; das ganze Schulsystem zerfiel; die wertvollen Bibliotheken wurden in alle Winde verstreut oder gingen sonstwie verloren — mit einem Wort, auf kulturellem und religiösem Gebiet entstand ein ganz unermesslicher Schaden, der zum Teil bis heute noch nicht wieder gutgemacht werden konnte. So gesehen, steht Pombal als ein arger Schädiger Brasiliens vor der Geschichte.

PESQUISAS

PUBLICAÇÕES DE HISTÓRIA

1. A FILMOTECA HISTÓRICA DO INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS — A. Bruxel, S.J. — Pesquisas 1, 1957, 14-67.
2. ISABEL, CONDESSA D'EU, VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL — Dioclécio de Paranhos Antunes — Pesquisas 1, 1957, 68-92.
3. LA COMPAÑÍA DE JESÚS EN EL ANTIGUO GUAIRÁ — L. G. Jaeger, S.J. — Pesquisas 1, 1957, 93-120.
4. PESQUISAS HISTÓRICAS EM LAVRAS DO SUL — L. G. Jaeger, S.J. — Pesquisas 2, 1958, 3-19.
5. O GOVERNO TEMPORAL DAS MISSÕES E O PADRE ANTÔNIO SEPP — Mansueto Bernardi — Pesquisas 2, 1958, 21-33.
6. ALGUNAS ADVERTENCIAS TOCANTES AL GOBIERNO TEMPORAL DE LOS PUEBLOS (com tradução portuguesa) — Antônio Sepp, S.J. — Pesquisas 2, 1958, 35-54.
7. UM NAUFRÁGIO NAS PRAIAS DO TRAMANDAÍ — Melchior Strasser, S.J. — Pesquisas 2, 1958, 55-73.
8. PÂNICO NOS VICE-REINADOS ESPANHÓIS EM 1750; «SAN SE-PÉ» EM 1751. — A. Bruxel, S.J. — Pesquisas 2, 1958, 75-79.
9. A NOBREZA DOS CACIQUES GUARANIS, DO PRIMITIVO RIO GRANDE DO SUL — Pesquisas 2, 1958, 81-112.
10. A CATA DE TESOUROS JESUÍTICOS — L.G. Jaeger, S.J. — Pesquisas 3, 1959, 9-27, 1 mapa, 3 fot.
11. O SISTEMA DE PROPRIEDADE DAS REDUÇÕES GUARANITICAS — A. Bruxel, S. J. — Pesquisas 3, 1959, 29-198.

